



**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**IMPORTÂNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO
GOVERNAMENTAIS (ONG) NO DESENVOLVIMENTO DA
GUINÉ-BISSAU**

Braima Suncar Dabó

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão Pública

Orientado por

Professor Doutor Nuno Adriano Baptista Ribeiro

Bragança, novembro de 2022.



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**IMPORTÂNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO
GOVERNAMENTAIS (ONG) NO DESENVOLVIMENTO DA
GUINÉ-BISSAU**

Braima Suncar Dabó

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão Pública

Orientado por

Professor Doutor Nuno Adriano Baptista Ribeiro

Bragança, novembro de 2022.

Apoios

Em 2020, foi-me concedida uma bolsa pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT, Portugal) no âmbito do programa Verão com Ciência “Escola de Verão do IPB | Estágio de Iniciação Científica | UNIAG Summer School”. No estágio realizei uma análise de modelos de organização e funcionamento de entidades com natureza jurídica de fundação, com o objetivo de criar uma fundação/associação de natureza sociocultural e desportiva na Guiné-Bissau, vocacionada para o incentivo à literacia e educação da população jovem e promoção de atitudes empreendedoras na sociedade.

Seguindo essa ambição, no ano letivo 2020/21 pude realizar uma investigação no âmbito do presente projeto de dissertação no meu país de origem. O objetivo era o de averiguar e apurar a importância das instituições internacionais e nacionais do terceiro setor no desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Porém, esse tal feito só foi possível porque consegui economizar as verbas da bolsa. Deste modo, deixo aqui o meu reforçado agradecimento à FCT.

Resumo

A Guiné-Bissau é uma ex-colónia portuguesa que fica situada na Costa Atlântica da África Ocidental e ao longo de várias décadas, após a sua independência tem enfrentado crises em todos os setores sociais, o que origina uma forte dependência da comunidade internacional. Deste modo, no âmbito da dissertação do mestrado em Gestão das Organizações realiza-se a presente investigação, que tem como objetivo principal averiguar a perceção do contributo e importância das Organizações sem Fins Lucrativos (OSFL), especificamente as ONG, no desenvolvimento socioeconómico da Guiné-Bissau. Neste sentido, como instrumentos de recolha dos dados, no período compreendido entre fevereiro e março de 2021, foi realizado um inquérito por questionário e procedeu-se à realização de entrevistas direcionadas às entidades administrativas a nível local e nacional, incluindo também alguns professores e estudantes de ensino superior. Os resultados permitem constatar que as ONG têm tido um papel fundamental na área da saúde, educação, agricultura e desporto, contribuindo para o desenvolvimento/manutenção da Guiné-Bissau. Tendo como objetivo efetuar um estudo prévio para desenvolvimento de um modelo de gestão de uma fundação de natureza sócio cultural na Guiné-Bissau, vocacionada para o incentivo à literacia e educação da população jovem e promoção de atitudes empreendedoras na sociedade guineense através do desporto, procedeu-se à apresentação da Fundação Braima Dabó - FBD.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, organizações sem fins lucrativos, desenvolvimento socioeconómico.

Abstract

Guinea-Bissau is a former Portuguese colony located on the Atlantic coast of West Africa and for several decades, after its independence, it has faced crises in all social sectors, which leads to a strong dependence on the international community. Thus, within the scope of the master's thesis in Organizational Management, the present investigation is carried out, whose main objective is to investigate the perception of the contribution and importance of Non-Profit Organizations (NPOs), specifically NGOs, in the socioeconomic development of Guinea -Bissau. In this sense, as data collection instruments, in the period between February and March 2021, a questionnaire survey was carried out and interviews were carried out with administrative entities at local and national level, also including some teachers and students. of higher education. The results show that NGOs have played a fundamental role in the area of health, education, agriculture and sport, contributing to the development/maintenance of Guinea-Bissau. Aiming to carry out a preliminary study for the development of a management model for a foundation of a socio-cultural nature in Guinea-Bissau, aimed at encouraging literacy and education of the young population and promoting entrepreneurial attitudes in Guinean society through sport, proceeded to the presentation of the Braima Dabó Foundation - FBD.

Keywords: Guinea-Bissau, nonprofit organizations, socioeconomic development.

Dedicatória

A todos os que um dia me ensinaram a pescar.

Agradecimentos

Este espaço limitado de agradecimentos não me permite gratular a todas as pessoas, que, ao longo destes anos, me ajudaram a concretizar os meus objetivos. Sendo assim, deixo aqui algumas palavras de profundo agradecimento, sentido com o coração.

Expresso a minha gratidão a todos os professores com quem tive o privilégio de trabalhar e que me facultaram diferenciadas competências. A todos os funcionários, um obrigado muito especial pelo apoio, amizade e carinho que sempre manifestaram em todos os momentos. Aos colegas e amigos para sempre, um muito obrigado pelo companheirismo, solidariedade e amizade.

Ao Instituto Politécnico de Bragança (IPB);

À ONGD Na Rota dos Povos;

Aos meus padrinhos;

Ao meu treinador;

Ao meu conselheiro;

Aos meus amigos, familiares e namorada;

A todos agradeço os afetos, força e confiança que em todos os momentos me deram.

Para terminar deixo aqui um profundo agradecimento, ao meu orientador, Professor Doutor Nuno Adriano Baptista Ribeiro e ao Professor Jorge Humberto Lopes Marinho Sampaio, pelo profissionalismo, apoio e dedicação.

A todos, um muito obrigado.

Lista de Abreviaturas e/ou Siglas e/ou Acrónimos

AD - Ação para o Desenvolvimento

ADPP - Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo

AIDA - Ayuda, Intercambio y Desarrollo

AMIC - Associação dos Amigos da Criança

ANADEC - Ação Nacional para o Desenvolvimento Comunitário

APRODEL - Associação para a Promoção do Desenvolvimento local

CEASP - Centro Educacional Amizade São Paulo

CIDAC - Centro de informação e documentação Amílcar Cabral

CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

CNJ - Conselho Nacional da Juventude

DGA - Direção Geral das Alfândegas

EAPP - Estrutura de Apoio à Produção Popular

EU - União Europeia

FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia

FEC - Fundação Fé e Cooperação

FIDA - Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola

ICNPO - International Classification of Nonprofit Organizations

IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr

IPAD - Instituto Pensamentos e Ações em Defesa da Democracia

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

IRC - Imposto sobre Rendimento Coletivo

ISIC - International Standard Industrial Classification

NADEL - Associação Nacional para Desenvolvimento Local e Urbano

ONG - Organizações Não Governamentais

ONGD - Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

ONU - Organização das Nações Unidas

OSC - Organizações da Sociedade Civil

OTS - Organizações do Terceiro Setor

OSFL - Organizações sem Fins Lucrativos

PADES - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social

PIMI - Programa Integrado para a Redução da Mortalidade Materna e Infantil

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RA - Rede Ajuda Cooperação e Desenvolvimento

RENAJ - Rede Nacional das Associações Juvenis

SOLIDAMI - Solidariedade e Amizade

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

Índice Geral

Índice Geral	viii
Índice de Figuras	x
Índice de Tabelas.....	xi
Introdução.....	1
1. Enquadramento teórico	3
1.1 Enquadramento das Organizações Não Governamentais	3
1.1.1 Evolução Histórica.....	3
1.1.2 Caraterísticas gerais.....	5
1.1.3 Enquadramento jurídico (Guiné-Bissau).....	6
1.1.4 Pessoas Coletivas de Utilidade Pública	7
1.1.5 Classificação das Organizações Não Governamentais.....	7
1.1.6 Constituição e Funcionamento das ONG (Guiné-Bissau)	10
1.1.7 Estatutos das ONG.....	11
1.1.8 Isenções Fiscais (Guiné-Bissau).....	11
1.1.9 Obrigações Fiscais	12
1.2 Impacto das IPSS/ONG no Desenvolvimento Socioeconómico dos Países.....	13
2. Importância das Organizações não Governamentais (ONG) no Desenvolvimento da Guiné-Bissau	15
2.1 Enquadramento Metodológico	15
2.2 Objetivo do Estudo	16
2.3 Instrumento de Recolha dos Dados	16
2.4 Caraterização da Amostra	17
2.5 Recolha e Tratamento dos Dados.....	18
2.6 Enquadramento geográfico da Guiné-Bissau.....	19
2.7 Análise e discussão dos resultados	20
2.7.1 Caraterização dos inquiridos.....	20
2.7.2 Estatística Descritiva	22
2.7.3 Análise Qualitativa.....	38
3. Fundação Braima Dabó (FBD) - Estudo de Caso.....	46

3.1 Missão e objetivos.....	46
3.2 Público-alvo.....	46
3.3 Técnicas de marketing	47
3.4 Orçamentos.....	47
3.5 Organização e funcionamento	48
3.6 Modelo de financiamento.....	48
3.7 Prestação de contas.....	49
3.8 Parcerias.....	49
Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação	50
Referências Bibliográficas	53
Anexos	56
Anexo A Formulário de consentimento informado.....	56
Anexo B Questionário	57
Anexo C Guião de Entrevista.....	69

Índice de Figuras

Figura 1: Mapa de Guiné-Bissau.....	20
-------------------------------------	----

Índice de Tabelas

Tabela 1: Classificação das OTS	8
Tabela 2: Competência das entidades intervenientes no processo de isenção	12
Tabela 3: Caraterização da Amostra	17
Tabela 4: Entidades Entrevistadas	18
Tabela 5: Caraterização dos inquiridos - Sexo.....	20
Tabela 6: Caraterização dos inquiridos - Idade.....	21
Tabela 7: Caraterização dos inquiridos - Formação Académica.....	21
Tabela 8: Caraterização dos inquiridos - Ocupação.....	21
Tabela 9: Caraterização dos inquiridos - Instituição onde trabalham.....	22
Tabela 10: Caraterização dos inquiridos - Setor de Atividade onde trabalham	22
Tabela 11: Grau de satisfação global em relação à evolução do Sistema Educativo da Guiné-Bissau nos últimos 21 anos	23
Tabela 12: Grau de adequabilidade dos itens da satisfação global em relação à evolução do Sistema Educativo da Guiné-Bissau nos últimos 21 anos	23
Tabela 13: Grau de importância das ações implementadas pelas ONG.....	24
Tabela 14: ONG/Instituições que se destacaram no Setor de Educação.....	25
Tabela 15: As principais ações que deveriam ser implementadas pelas ONG	26
Tabela 16: Formações lecionadas pelos enfermeiros/técnicos de saúde das ONG.....	27
Tabela 17: Campanha de sensibilização sobre cuidados de saúde	28
Tabela 18: ONG/instituições que se destacaram no setor da Saúde.....	29
Tabela 19: Principais áreas de atuações das ONG para a melhoria do setor da saúde.....	30
Tabela 20: Satisfação em relação à evolução do setor agrícola na Guiné-Bissau nos últimos 21 anos	30
Tabela 21: Adequabilidade dos meios/instrumentos de apoio ao setor agrícola.....	31
Tabela 22: Ações implementadas pelas ONG depois da guerra-civil do ano 1998	31
Tabela 23: Problemas que não se encontram resolvidos no setor agrícola	32
Tabela 24: Principais razões para a prevalência dos problemas no setor agrícola	32
Tabela 25: Importâncias de formações realizadas pelas ONG destinados aos agricultores.....	33
Tabela 26: Ações que deveriam ser implementadas pelas ONG para a melhoria do setor agrícola	33

Tabela 27: ONG que se destacaram no setor de agricultura.....	34
Tabela 28: Principais áreas de atuações das ONG para a melhoria do setor da agricultura	34
Tabela 29: Satisfação com a evolução do setor do desporto	35
Tabela 30: ONG que atuam no setor do desporto.....	35
Tabela 31: Modalidades que possam ser incentivadas e promovidas pelas ONG	36
Tabela 32: Grau de importância que poderá ter a prática desportiva	37
Tabela 33: Diferentes formas de atuação das ONG para melhoria da prática desportiva	37

Introdução

Este trabalho centra-se na avaliação da “Importância das Organizações não Governamentais (ONG) no Desenvolvimento da Guiné-Bissau”. As Organizações Não Governamentais (ONG) intervêm, cada vez mais, nos países em vias do desenvolvimento, tendo em conta que o Estado não consegue garantir uma cobertura completa dos serviços públicos a nível nacional. Assim, as ONG e outras organizações da sociedade civil acabam por ser um complemento do Estado.

Nos últimos 20 anos tem-se verificado na Guiné-Bissau uma instabilidade ao nível governativo com governos que não duram, em média, mais de 365 dias. E quando mudam os governos, as mudanças também ocorrem nos cargos administrativos menos esperados, como por exemplo os diretores das escolas, comité das tabancas (poder tradicional), entre outros, sem garantias que o sucessor tenha as aptidões e competências necessárias para os exercer. Relativamente ao nível da corrupção, constata-se que assolou todos os departamentos administrativos (Ca, et al. 2019).

Em relação ao índice de perceção de corrupção divulgado pelo site [countryeconomy](http://countryeconomy.com), a Guiné-Bissau ocupava em 2021 a 162º posição no ranking de corrupção, demonstrando mais uma vez a decadência deste estado. No entanto, população em si, limita-se apenas a conformar-se com as

situações e condições impostas, vivendo um dia após o outro na base do conformismo. Nesse sentido, viu-se a necessidade de explorar o presente tema da dissertação com vista a tentar avaliar a importância que as ONG têm nas comunidades guineenses e como os seus trabalhos têm estado a decorrer.

Pretende-se, também, apresentar um caso prático sobre a “Fundação Braima Dabó - FBD”. O principal objetivo é efetuar um estudo prévio para desenvolvimento de um modelo de gestão de uma Fundação de natureza sócio cultural na Guiné-Bissau, vocacionada para o incentivo à literacia, educação da população jovem e promoção de atitudes empreendedoras na sociedade guineense através do desporto.

1. Enquadramento teórico

1.1 Enquadramento das Organizações Não Governamentais

1.1.1 Evolução Histórica

Segundo Lima (2002), citando Fernandes (1995), “a expressão ‘Organização Não Governamental’ vem originalmente do vocabulário das Nações Unidas para designar uma categoria especial de participantes do sistema da ONU. Esse incluiria um amplo espectro de instituições não-governamentais consideradas aptas a participarem em algum órgão da ONU. O significado mudou substancialmente, mas a conexão com os mecanismos da cooperação internacional continua a ser um componente relevante disso que acabamos de chamar ONG. Surgiu da cooperação entre países da Europa Ocidental e do Terceiro Mundo nas últimas décadas e refere-se a um tipo institucional específico, que merece ser discutido à parte. Nesse sentido limitado, as ONG são instituições independentes, e não uma parte orgânica de estruturas maiores. Além do mais, não são representativas de uma classe qualquer de indivíduos. O valor da ONG deriva do que fazem e não do que representam. Estritamente falando, não podemos falar em nome de outros, o que diferencia dos movimentos sociais. Elas também não são agências de financiamento, o que as torna diferentes

das fundações. A proposta é fornecer serviços sociais que em geral não se auto-sustentam, daí as ONG terem que sair à procura de fundos de outros lugares” (Fernandes, 1995 citado por Lima, 2002, p.65).

Ainda a mesma autora citando Gohn (1997), argumenta sobre as origens das ONG: “A expressão Organizações Não Governamentais foi criada pela ONU, na década de 40, para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos, na verdade públicos, para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada ‘desenvolvimento de comunidade’. O recorte da definição da ONU é dado pela estrutura jurídica: ser ou não ser governo. As ONG localizavam-se na esfera do privado. Para várias ONG contemporâneas, a conceituação das entidades não passa pelo recorte público-privado, pois teria ocorrido a emergência de um outro setor na esfera da organização geral da sociedade que seria o público-comunitário-não-estatal, vindo a constituir-se no ‘Terceiro Setor’ da economia, no plano informal” (p.66).

Ribeiro e Marques (2002) definem as ONG como um fruto da sociedade ocidental, concebido depois da 1ª guerra mundial, com finalidade de dar a resposta as várias situações de ordem social ou natural. No entanto, há autores que o contradizem. Welletts citado por Mauri (2013), por exemplo, argui que foi só uma pretensão do mundo ocidental, e que na verdade todas as sociedades tiveram Organizações Não Governamentais, pelo menos a nível local (tendo como exemplo a Roménia, no decorrer da ditadura do presidente Ceausescu, onde existia a “International Federation of Beekeepers' Associations.”).

Em Portugal, até 1974, só existiam três instituições não governamentais (a Sociedade da Cruz Vermelha Portuguesa, a Caritas Portuguesa e a Fundação Calouste Gulbenkian) com os objetivos bem assentes na área humanitária e com características que os diferenciam das ONGD (Ribeiro & Marques, 2002).

As ONGD só passaram a existir, formalmente, depois da revolução de 25 de abril de 1974. Em maio do mesmo ano, um pequeno grupo de “militantes políticos”, ligados à luta anti-colonial, que se fortaleceu no período da ditadura, inaugurou o Centro de Informação e Documentação Anticolonial (CIDA-C), que se baseava na “luta pela independência das colónias e (...) na solidariedade com os seus movimentos de libertação”. Assim, nascia a primeira ONGD portuguesa de base associativa, e sem fins lucrativos que, no início do ano de 1977, que adquiriu a sua atual designação: CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral) (Ribeiro & Marques, 2002).

Um estudo sobre o potencial das ONGD portuguesas divulgado em 1995, apontava que só 50% destas organizações tinha ações de cooperação em funcionamento no ano de 1993 e, 10 delas já tinham em executar os seus projetos nos países do Sul, logo após a sua fundação. As restantes começaram as suas atividades nos anos seguintes (Ribeiro & Marques, 2002).

Na Guiné-Bissau, a emergência da Sociedade Civil foi desencadeada pela visão e ação do Estado com o propósito de coordenar a Ajuda Pública ao Desenvolvimento, montar um sistema de reforço da capacidade de ação das ONG (com extensão comunitária), e conseqüentemente gerar uma dinâmica de terceiro setor fortemente interventiva (Barros, 2014).

Com objetivo de dotar uma melhor planificação, coordenação e integração da Ajuda Não-Governamental, em 1985 realizou-se a primeira conferência das ONG na Guiné-Bissau, sob o hospício do Ministério do Plano e Cooperação Internacional. A segunda conferência das ONG, tendo como tema “Desenvolvimento Participativo e Democracia”, foi organizada em 1994, com o intuito de reativar a cooperação com as ONG internacionais e nacionais, num novo contexto político de multipartidarismo, o que deu a origem às primeiras eleições multipartidárias do país. Vinte anos após a segunda conferência, houve várias mudanças em torno das ONG nacionais e estrangeiras que intervêm na Guiné-Bissau no que diz respeito ao contexto interno e externo (Henriques, Barreto & Proença, 2017).

As mesmas autoras, referem que depois de uma rápida evolução das ONG nacionais, adquirindo a confiança, o respeito das populações e dos seus parceiros a nível local, nacional e internacional, “conseguiram resistir e ressurgir após várias crises, inclusive ao conflito armado de 7 de junho 1998/99, que refreara a sua ação, fragilizando muitas. Para enfrentar a adversidade, foram capazes de se aliar, de se unir entre si, com muitas ONG estrangeiras, fazendo com que os laços de solidariedade e de amizade que as uniam e as ligavam ao povo guineense saíssem reforçados durante e depois de cada crise” (Henriques, et al. 2017).

1.1.2 Caraterísticas gerais

Antes de tudo é preciso compreender o que é “terceiro setor”. Assim, é entendido como “...um conjunto de organizações muito diversificadas entre si, que representam formas de organização de atividades de produção e distribuição de bens e prestação de serviços, distintas dos dois agentes económicos - os poderes públicos e as empresas privadas com fins lucrativos, designados frequentemente e de forma simplificada, por Estado e Mercado” (Quintão, 2004, p. 2).

Já Amado refere que “...definias em oposição, por um lado, ao setor lucrativo (...) guia-se primordialmente pelo princípio de reciprocidade, ou seja, a ideia de que a cooperação e a entreatajuda são formas válidas de mobilização e organização de recursos monetários, ou não monetários, para a produção material de bens e serviços.” (Amado, 2007, p. 52).

Posto isto, as ONG encontram-se enquadradas no terceiro setor, entre o setor público e o privado, incluindo todas as organizações sem fins lucrativos (OSFL) com a missão de promover o interesse público (resoluções de problemas na sociedade (económicos, raciais, ambientais, etc...) ou a exigência de direitos, melhorias e fiscalização do poder público).

As OSFL podem atuar em várias áreas, como por exemplo: educação, saúde, agricultura, investigação, desporto, etc., e detêm um património inicial que é afeto, de forma permanente, a um fim determinado *a priori*, visando cumprir objetivos de interesse público.

Segundo Campos (2013), as OSFL são administradas de forma autónoma em relação ao Estado. As receitas geradas durante o ano civil são destinadas para o fim a que se dedica a organização,

não podendo ser distribuídas entre os membros da sua organização, particularmente, entre os seus órgãos de direção.

Segundo Correia (2010), pode-se distinguir este setor do setor lucrativo de seguinte forma:

- Os OSFL nascem das vontades de duas, ou mais pessoas com objetivo de satisfazer as necessidades sociais sem obter um retorno;
- Os seus objetivos são numerosos e diversos;
- A avaliação do desempenho é extremamente complexa e difícil, devido a uma falta de motivação para os lucros;
- O preço não é definido como no setor lucrativo;
- Não visa a obtenção de lucro e qualquer resultado financeiro obtido não é distribuível aos seus associados;
- Há diferenças nas áreas de atuação;
- Existe participação do voluntariado, em prol da manutenção, e da sobrevivência das organizações.

1.1.3 Enquadramento jurídico (Guiné-Bissau)

Antes de efetuar qualquer abordagem sobre esta matéria, é importante referir que o Código Civil guineense tem uma origem portuguesa, facto que se justifica por ser uma ex-colónia portuguesa.

Segundo Lima e Insali (2019, p.153) “...*Todo o direito aplicado na Guiné-Bissau até determinado momento é, todo ele, o direito português.*” Por outras palavras, depois da receção da Lei Nº 1/73 o Direito português passou a vigorar na Guiné-Bissau como direito válido.

A Constituição da República da Guiné-Bissau, declara no seu artigo 55.º, n.º 1 que “*Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respetivos fins não sejam contrários à lei.*”

Assim, as entidades podem exercer as suas atividades sem estarem dependente de autorização e nada impede a integração de novas pessoas físicas. Todavia, a “*...importância da constituição e formatação jurídica da organização verifica-se no estabelecimento de parcerias, ou na mobilização de recursos, com os parceiros, doadores ou com o setor público. Pode-se então afirmar que o direito à associação se encontra plenamente assegurado pela Constituição, ao passo que, a obtenção da personalidade jurídica depende do devido registo*” (Barros, 2014, p.37).

De acordo com Barros (2014, p. 38), “*...são ONG no âmbito do quadro jurídico guineense, pessoas coletivas de direito privado, de livre criação, apolidárias e com fim não lucrativo*”. Ou seja, são organizações voluntárias com finalidade de cooperar para tentar melhorar as vidas precárias dentro das comunidades e conseqüentemente a promoção da participação das mesmas no desenvolvimento socioeconómico.

1.1.4 Pessoas Coletivas de Utilidade Pública

A legislação guineense estabelece as seguintes formas para as ações realizadas por pessoas coletivas que não visem o lucro:

- Associações ou entidades criadas a partir da união de pessoas que se organizam voluntariamente com objetivos de natureza social (art.157.º e seguintes do Código Civil);
- Fundações de interesse social, entidades criadas por escritura pública ou testamento, a partir da dotação especial de bens livres, cujo fim deve estar expressamente especificado, conforme o Art. 157.º do Código Civil;
- As ONG, pessoas coletivas de direito privado, de livre criação, apartidária e com fim não lucrativo, conforme o Art. 2.º do Decreto 23/92.38. Para os efeitos do presente diagnóstico e conforme o Código Civil, as formas jurídicas a serem analisadas serão as associações, as fundações e as ONG. Estas são pessoas jurídicas de direito privado, cuja existência legal tem início com a inscrição de seus atos constitutivos no Cartório Notarial.

Neste contexto, existem algumas diferenças entre pessoas coletivas públicas e privadas.

A administração pública é a gestão dos interesses públicos por meio da prestação de serviços públicos.

A administração pública é representada nas suas relações com os particulares por pessoas coletivas públicas: nas relações jurídico-administrativas, pelo menos um dos sujeitos, é em regra, uma pessoa coletiva pública.

1.1.5 Classificação das Organizações Não Governamentais

As ONG são classificadas legalmente como associações, contudo, existe um decreto sobre as mesmas, que permite tratar esse tipo de estrutura como uma categoria em si. Assim, as ONG são consideradas no quadro jurídico guineense, pessoas coletivas de direito privado e sem fins lucrativos. São organizações voluntárias cujo objetivo é ajudar a melhorar as condições de vida das comunidades locais e promoção da participação no desenvolvimento socioeconômico (Barros, 2014).

Segundo Franco, *et al.* (2005), as organizações do terceiro setor podem ser classificadas dos seguintes modos:

- I. Organização - Uma entidade para ser "Organizada" deve estar formalmente constituída. Contudo, caso se encontre informalmente constituída e exista algum tipo de estrutura organizacional, deve comprovar a realização de reuniões de forma regular e regulamentos estabelecidos.
- II. Privadas - As organizações devem ser separadas do setor governamental segundo as normas institucionais. Por outras palavras, não deve haver nenhum elo de ligação institucional entre ambas as partes.

- III. Sem fins Lucrativos - O financiamento das OTS provém de fontes tão diversas como apoios estatais, de fundações, de empresas do setor lucrativo, de doadores privados, mas também das suas próprias atividades comerciais”, (Ebaugh, Chafetz, & Pipes, 2005; Froelich, 1999; Hodge & Piccolo, 2011). Todavia, os lucros gerados num determinado ano civil não podem ser repartidos pelos seus membros diretivos. Devem sim, reinvestir esse valor na organização, é muito vital para qualquer organização que desenvolve a sua missão de forma responsável (Abreu, 2012).
- IV. Autogovernadas - As organizações devem ser administradas de forma independente de outras organizações.
- V. Voluntárias - Esta tem uma particularidade que pode ser entendida de várias formas, tais como: as organizações devem incorporar na sua estrutura algum grau de participações voluntárias por meio de mão-de-obra, doações de bens, numerários e ou em espécie.

Segundo Franco *et al.* (2005), o sistema de classificação das Organizações do Terceiro Setor, desenvolvido pelos investigadores da Universidade de Johns Hopkins, teve por base o *International Standard Industrial Classification (ISIC)*, com o propósito de abarcar todas as atividades deste setor. Assim, adveio a criação do sistema de Classificação Internacional das Organizações sem Fins Lucrativos (*International Classification of Nonprofit Organizations – ICNPO*).

Tabela 1: Classificação das OTS

Grupo		Tipo de organização
1	Cultura e Recriação	<ul style="list-style-type: none"> • Associações culturais, recreativas e desportivas • Casas do Povo • Fundações culturais • Museus
2	Educação e Investigação	<ul style="list-style-type: none"> • Educação primária e secundária • Ensino Superior • Centros de investigação
3	Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Hospitais • Lares de idosos • Saúde mental e intervenção em crise • Outros serviços de saúde
4	Serviços Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições particulares de solidariedade social • Associações de solidariedade social • Santas Casas da Misericórdia • Associações de bombeiros voluntários
5	Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Associações de proteção dos animais • Associações não-governamentais de ambiente
6	Desenvolvimento e habitação	<ul style="list-style-type: none"> • Organizações de desenvolvimento local • Associações de moradores • Cooperativas de habitação e construção
7	Leis, defesa de causas e política	<ul style="list-style-type: none"> • Associações de moradores • Associações de defesa dos direitos humanos • Organizações políticas

Grupo		Tipo de organização
8	Intermediários filantrópicos e promotores de voluntariado	<ul style="list-style-type: none"> • Fundações • Associações promotoras de voluntariado • Bancos alimentares
9	Internacional	<ul style="list-style-type: none"> • Organizações não-governamentais para o desenvolvimento (ONGD)
10	Religião	<ul style="list-style-type: none"> • Institutos e associações religiosos
11	Associações empresariais, profissionais e sindicatos	<ul style="list-style-type: none"> • Associações empresariais • Associações profissionais • Sindicatos
12	Outros	

Fonte: Adaptado de Salamon e Anheirer (1996)

Depois desta classificação, apresentamos os modelos de organizações que são reconhecidas na Guiné-Bissau para além das associações, das cooperativas e das mutualidades que estiveram nas origens do Terceiro Setor:

- **Associações** - São o conjunto de indivíduos que partilham da mesma ideia para prossecução de um determinado fim, não lucrativo, chamado de pessoas coletivas.
- **Cooperativas** - São constituídos por associação independente de pessoas, que se unem, voluntariamente, para satisfazer uma determinada necessidade. As cooperativas trabalham com base na cooperação e entreajuda entre os seus associados de forma voluntária e livre, participando economicamente e administrando-as de forma democrática. Porém, as cooperativas devem ter autonomia e independência e também demonstrar interesse pela comunidade (David, 2015).
- **Fundações** - São organizações sem fins lucrativos criadas por iniciativa de uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas, com um património doado no ato da sua constituição para fins de interesse social.
- **Instituições Particulares de Solidariedade social (IPSS)** - São “*entidades sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público*” (Art. 2.º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014).
- **Misericórdias** - São instituições sem fins lucrativos ligadas as Igreja Católica e prestam serviços no âmbito do apoio social e da saúde. É uma das organizações mais antigas na Guiné-Bissau.
- **Organizações de Desenvolvimento Local** - Surgiram no seguimento de programas de desenvolvimento rural e têm como a finalidade, dinamizar as ações desta área (David, 2015).

- **Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD)** - São instituições da sociedade civil que executam suas atividades em países em via de desenvolvimento tendo a sua sede em países desenvolvidos. Estas organizações prestam apoio ao nível da educação, do apoio social e económico (David, 2015).
- **Federações, uniões e confederações** - Segundo David (2015, p.12), “...estas organizações representam outras organizações”. As uniões são compostas por instituições com as mesmas características e trabalham no mesmo território. As federações abrangem organizações que desenvolvem atividades similares, ao passo que as confederações incluem uniões e federações de organizações no âmbito nacional.

1.1.6 Constituição e Funcionamento das ONG (Guiné-Bissau)

Como se observa no ponto anterior, o setor da economia social é muito diversificado com diferentes formas legais e jurídicas, sem fins lucrativos e criadas com o propósito de encontrar soluções para problemas sociais, ambientais, culturais, entre outros.

Porém, na Guiné-Bissau até 1991 não existia, uma legislação sobre as Organizações da Sociedade Civil (OSC), nomeadamente para as ONG. O início da democratização, no mesmo ano, veio a simplificar o surgimento e conseqüentemente um aumento significativo das ONG e outras estruturas associativas que compõem o setor privado. Todavia, tais ações, deram origem a uma nova versão da Constituição da República, que outorgou o multipartidarismo, a liberdade de expressão, a criação das ONG e entre outros (Sangreman, et al., 2006).

Tendo em consideração a diversificação existente na OSC, os processos de constituição podem variar um pouco. No entanto há fatores que partilham em comum, a construção de uma equipa, definição dos órgãos sociais e redigir os estatutos.

Posto isto, a constituição e funcionamento, assim como a extinção das associações civis e fundações, encontram-se estipulado no artigo 157.º e seguintes do Código Civil guineense.

Porem, é preciso ter em consideração algumas características no ato da constituição por exemplo: a formalidade, estrutura dos órgãos de gestão e finalidade que se destina no setor não lucrativo (Barros, 2014). O mesmo autor, ainda argumenta que a Constituição da República trata destas estruturas de modo amplo por meio da figura jurídica das associações.

Contudo, o autor acima referenciado, defende a ideia de criação de uma norma que faça o enquadramento das ONG, mesmo que este não defina as organizações em razão da sua forma, visto que versa sobre um setor com uma vasta experiência em acompanhar e arranjar soluções para os vários problemas sociais.

Segundo o artigo 158.º, n.º 1 do Código Civil guineense, as associações e fundações adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento, salvo disposição especial da lei.” N.º 2 do mesmo artigo. Salaria que o “reconhecimento é individual e da competência do Governo.

No entanto, a Constituição da República da Guiné-Bissau, no seu artigo 55.º estabelece outro princípio, no que se refere as Associações.

“Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações...”. Contudo “As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas...” (n.º 1 e 2 do artigo 55.º).

No entanto, convém referir que depois da independência da Guiné-Bissau, certas associações religiosas, desportivas ou políticas passaram a adquirir a personalidade jurídica através do Despacho publicado no Boletim Oficial. É através do mesmo Despacho que se confirma o reconhecimento da personalidade jurídica de certas associações, o que confirma que a constituição da pessoa coletiva se reduz a um ato público. Logo, pode afirmar-se que este sistema de atribuição de personalidade jurídica por despacho dá cumprimento ao disposto no Código Civil.

1.1.7 Estatutos das ONG

Para o normal funcionamento das ONG como entidades jurídicas autónomas, estas devem gerir e administrar um conjunto de pessoas, bens e outros recursos de que dispõem. Porém, há um conjunto de normas interna designada por estatutos, os quais devem ser elaborados e aprovados pelos fundadores.

Os participantes nas reuniões multilaterais, que decorreram em Estrasburgo de 19 a 20 de novembro de 2001, 20 a 22 de março de 2002 e 5 de julho de 2002, com o tema “*Fundamental Principles on the Status of Non-governmental Organisations in Europe and explanatory memorandum*”, acordaram que os estatutos das ONG, geralmente, devem conter seguintes pontos:

- Nome;
- Objetivos;
- Poderes;
- O mais alto órgão de governo;
- A frequência das reuniões deste órgão;
- O procedimento de convocação dessas reuniões;
- A forma como este órgão deve aprovar relatórios financeiros e outros;
- A liberdade deste órgão de determinar a estrutura administrativa da organização;
- O procedimento para alterar os estatutos e dissolver a organização ou fundi-la com outra ONG.

1.1.8 Isenções Fiscais (Guiné-Bissau)

Segundo Silva e Diasso (2021) existem dois diplomas básicos que estipulam o sistema legal de isenções de importações: Lei n.º 26/93, que estabelece o controlo das isenções aduaneiras dos produtos importados pelas entidades do terceiro setor, nomeadamente as ONG, e a Lei 2/95, que estipula as possíveis circunstâncias para a aplicação de isenções fiscais e aduaneiras. No entanto, a principal limitação encontrada está na aplicação da lei. O processo para efetivação deste direito é extremamente burocrático, lento e difícil porque envolve várias entidades nacionais.

De acordo com artigo 46.º, n.º 1 e 2 da Lei 2/95, de 24 de maio, as ONG têm direitos as isenções e imposições aduaneiras para adquirirem viaturas, equipamentos e materiais importados no âmbito de projetos de desenvolvimento, os quais os bens devem ser destinados exclusivamente aos fins do projeto.

Para que uma organização usufrua deste privilégio, deve emitir um pedido, contendo todos os elementos necessários para apreciação, nomeadamente identificação do projeto e a qualidade e quantidade dos bens/mercadorias a importar.

A Lei n.º 26/93 estabelece no seu artigo 3.º alínea e), que o pedido de isenção de importação de ONG será encaminhado ao Ministério das Finanças (entidade que avalia a legalidade e oportunidade). A correção do pedido de isenção aduaneira para importação e a determinação de sua concessão ou não, conforme proposta da DGA, deverá ser efetuada por meio de SOLIDAMI, assinado e certificado. Importa aqui referir que esta última entidade referenciada já não existe. Suas funções foram atribuídas à Direção Geral do Plano e ao Ministério técnico/setorial que tutela a temática do projeto que solicita a isenção (Silva & Diasso, 2021).

Na Tabela 2 apresenta-se o processo de isenção e a competência de cada entidade interveniente no processo.

Tabela 2: Competência das entidades intervenientes no processo de isenção

Nº	Entidade interveniente	Competência
1	Direção Geral do Plano	Quando uma OSC atua na Guiné-Bissau (nacional ou estrangeira) deve enviar uma carta à DGP para dar conhecimento da sua existência e solicitar parcerias para as suas ações. A princípio a DGP possui informação sobre as OSC que atuam no país. No procedimento da isenção é responsável por emitir uma declaração que atesta que a organização requerente é uma entidade sem fins lucrativos e que intervém no país em uma determinada temática e área geográfica. Certifica a qualidade de OSC com finalidade de interesse coletivo.
2	Ministério da área de atuação da OSC	Certifica a existência do projeto ao qual os bens serão destinados.
3	Ministério das Finanças	Responsável para a emissão da declaração de isenção. Compete ao ministro das finanças apreciar a legalidade, a oportunidade e a justeza dos pedidos de isenção aduaneira à importação e decidir pela sua concessão ou não.
4	Alfândegas	Responsável pelos cálculos aritméticos da taxa de isenção que será proposta ao Ministério das Finanças. Executa a liberação do bem.

Fonte: Elaboração própria, tendo por base o quadro legal relativo à intervenção das OSC na Guiné-Bissau: desafios, perspetivas e recomendações para melhoria

1.1.9 Obrigações Fiscais

Em termos de obrigações declarativas, as ONG, na qualidade de sujeitos passivos de Imposto sobre Rendimento Coletivo (IRC), são obrigadas a apresentar declaração periódica de rendimentos e declaração anual de informação contabilística e fiscais.

Compreende-se como obrigações contabilísticas, de que a entidade deve dispor de uma contabilidade organizada ou regime simplificado. Se os rendimentos brutos ultrapassarem os limites fixados durante dois exercícios consecutivos, a entidade sem fins lucrativos é obrigada a dispor de contabilidade organizada.

1.2 Impacto das IPSS/ONG no Desenvolvimento Socioeconómico dos Países

Antes de abordarmos a temática é importante compreendermos, em primeiro lugar, o significado da Pobreza. Assim, as Nações Unidas definem a pobreza como algo que envolve mais do que a falta de recursos e de rendimento que garantam meios de subsistência sustentáveis. A pobreza manifesta-se através da fome e da malnutrição, do acesso limitado à educação, a outros serviços básicos, à discriminação e à exclusão social, bem como à falta de participação na tomada de decisões. Desde 2000 as taxas de pobreza reduziram mais de metade, mas uma em cada dez pessoas nas regiões em desenvolvimento encontram-se pessoas a viver com menos de 1,68 euro (1,90 dólar) por dia (valor esse definido para as pessoas que vivem na pobreza extrema), mas com a nova crise mundial (covid-19), não existem dúvidas de que esta taxa sofrerá um grande impacto (Nações Unidas, 2022).

Segundo Ibrahim (2017), a redução global da pobreza, especialmente nos países em desenvolvimento, tem sido objeto de discussão nas capitais mundiais nas últimas décadas. As ONG têm estado na vanguarda nos países em desenvolvimento, prestando serviços, realizando emergências, operações e trabalho de desenvolvimento.

As ONG têm sido consideradas agentes de mudança económica, política e social na África, América Latina e Ásia. Do ponto de vista dos países ocidentais e organizações internacionais argumentaram que as ONG irão aumentar a participação política dos cidadãos, necessária para a democracia nos países recém-independentes. Daí, as ONG terem passado a desempenhar algumas funções que anteriormente eram desempenhadas por estados, bem como por organizações comerciais, com o pressuposto de que trazem um desenvolvimento mais sustentável, participativo e eficiente (Ibrahim, 2017).

Segundo Roy, et al. (2017), as ONG surgiram como salvadoras de inúmeras pessoas sem alimentos, roupas, educação e serviços básicos de saúde. Bangladesh é um dos principais países desprivilegiados. A pobreza e a situação de desemprego prevalecem nas suas áreas rurais há décadas. No entanto, o envolvimento das ONG têm estado a criar iniciativas para melhorar a situação geral, pelo menos até a um certo ponto.

Streeten (1997) contrapunha os autores que tinham vindo a falar sobre ONG, com seguinte afirmação *“As organizações não-governamentais (ONG) normalmente não são boas nas atividades que alegam ser seu mérito, mas têm virtudes que frequentemente não são proclamadas”*. Muitas das vezes alcançam os bem-ditos mais pobres, dependem de várias formas do apoio do governo e ocasionalmente não são participativos. Por vezes a participação é usada mais *“...como um slogan do que uma estratégia bem pensada”*.

Maia (2018), citando um estudo encomendado pela CNIS em 2014, sobre os "Impactes Económico e Social das IPSS" em quatro concelhos de Portugal, refere como exemplo que a atividade das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) deu origem a um aumento médio de 3% do total da produção, de 9% do total do valor acrescentado bruto, e 6% do total do emprego. Os dados refletem, ainda, um maior impacto relativo nos concelhos do interior e que o custo acarretado pela sociedade é mais do que compensado pelos benefícios sociais que se obtêm.

Três anos mais tarde, foi realizado um outro estudo sobre a temática, tendo permitido validar as conclusões do estudo anterior, de entre elas: por cada euro que uma IPSS capta para o seu concelho, em média é multiplicado, no mínimo por 4,218 euros. Estes dados evidenciam que as IPSS deverão ser consideradas como um elemento fulcral na estratégia de desenvolvimento territorial e de inclusão social dos municípios (Mendes, 2018).

Cordeiro (2019), no trabalho intitulado "O impacto das IPSS no desenvolvimento regional português", concluiu que o número de IPSS e o número dos seus trabalhadores não têm qualquer impacto no desenvolvimento económico de um concelho. Porém, estes têm um impacto positivo no crescimento populacional o que é decisivo para a fixação dos residentes nos seus concelhos, através das oportunidades de emprego que criam nos mesmos.

2. Importância das Organizações não Governamentais (ONG) no Desenvolvimento da Guiné-Bissau

2.1 Enquadramento Metodológico

Atendendo à temática do estudo, para uma melhor compreensão, este ponto desdobra-se nos seguintes subpontos: objetivo de estudo; instrumento de recolha dos dados; definição da amostra; e tratamento dos dados.

Antes de começar a análise dos subpontos, é importante referenciar que o presente estudo tem natureza descritiva e qualitativa. Segundo Carmo e Ferreira (1998,213), a investigação descritiva “implica estudar, compreender e explicar a situação atual do objeto de investigação”. Por outras palavras, o investigador deve compreender antes de tudo, o que pretende investigar por forma a poder explicar a situação. Na investigação desta natureza, os dados recolhidos são tratados para obtenção de respostas às questões do estudo.

A investigação qualitativa é dotada de métodos humanísticos, uma vez que os investigadores não se limitam a estudar os indivíduos de uma forma superficial, pois a barreira do investigador e o

investigado deixa de existir. Passam a conhecer-se melhor e conseqüentemente o investigador experimenta a vida diária do investigado (Carmo & Ferreira, 1998).

De acordo com Bogdan e Bilken (1994), ainda a respeito de investigação qualitativa, a preocupação central não é a de se os resultados são suscetíveis de generalização, mas sim a de que outros contextos e sujeitos a eles podem ser generalizados.

Assim, o questionário constitui o instrumento mais apropriado para conhecer uma dada população/amostra com as suas características, os seus modos de viver, bem como os seus valores e princípios que se baseiam (Quivy & Campenhoutd, 1998). A utilização de inquérito por questionário permite converter a informação obtida dos respondentes em dados pré-formatados, facilitando o acesso a um número elevado de sujeitos e a contextos diferenciados (Afonso, 2005).

2.2 Objetivo do Estudo

O objetivo principal do presente estudo consiste em averiguar a perceção sobre a importância das ONG no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconómico da Guiné-Bissau.

Os objetivos específicos (OE) são os seguintes:

OE₁: Identificar as principais ONG que se destacam em cada setor de atividade;

OE₂: Identificar as contribuições das ONG em diversos setores de atividades;

OE₃: Identificar o nível de satisfação dos guineenses em relação aos trabalhos humanitários desenvolvidos pelas ONG, nas áreas da educação, saúde, agricultura e desporto;

OE₄: Verificar se as atuações das ONG na Guiné-Bissau correspondem às necessidades e desafios nas comunidades/e expectativas dos inquiridos.

2.3 Instrumento de Recolha dos Dados

Neste estudo foi utilizado um inquérito por questionário e realização de entrevista, como instrumentos de recolha dos dados.

O questionário (Anexo B) é composto por cinco partes, que são os seguintes:

- I. Caracterização do respondente que contém seis perguntas;
- II. Setor da Educação, contém seis perguntas;
- III. Setor da Saúde, contém sete perguntas;
- IV. Setor da Agricultura, contém dez perguntas;
- V. Setor do Desporto, contém sete perguntas.

Na parte I é efetuada a caracterização do respondente com base nas questões como sexo, idade, formação académica, ocupação, tipo de instituição e setor de atividade. Nas restantes partes

encontram-se as questões que permitem analisar os trabalhos das ONG, a evolução de cada setor nos últimos 20 anos, bem como a satisfação do povo guineense.

Assim, antes da aplicação do questionário/entrevista, efetuou-se um pré-teste aos estudantes guienenses a estudar em Portugal. Após conclusão de que o questionário estava bem, foi aplicado à população residente na Guiné-Bissau e por fim, às instituições portuguesas que atuam no setor social na Guiné-Bissau.

É importante salientar que foi utilizada a escala de tipo Likert de cinco e de quatro pontos com o objetivo de apurar diferentes perspetivas dos indivíduos/inquiridos e instituições que conhecem ambas as realidades da Guiné-Bissau.

As escalas do tipo Likert utilizadas foram os seguintes:

- 1= Muito Insatisfeito, 2=Insatisfeito, 3=Nem Satisfeito/Nem Insatisfeito, 4=Satisfeito, 5=Muito Satisfeito;
- 1=Nada Adequado, 2= Pouco Adequado, 3=Muito Adequado, 4=Extremamente Adequado;
- 1=Nada Importante, 2=Pouco Importante, 3=Muito Importante, 4=Extremamente Importante.
- 1=Nada Importante, 2=Pouco Importante, 3=Importante 4=Muito Importante, 5=Extremamente Importante.

2.4 Caraterização da Amostra

Como foi abordado no ponto anterior, o campo de investigação é a Guiné-Bissau. A seleção dos 162 indivíduos que compõem a amostra (Tabela 3) foi feita tendo em consideração a falta do tempo e do recurso (dinheiro) que o investigador disponha. Assim, optou-se por uma amostra não probabilística e por conveniência, cuja caraterísticas de indivíduos que estejam disponíveis para participar na investigação (Carmo e Ferreira, 1998).

Importa salientar que os resultados obtidos não podem ser generalizados à população à qual pertence o grupo de conveniência. No entanto, poderão obter-se informações preciosas, embora não as utilizando sem as devidas cautelas e reservas (Carmo e Ferreira, 1998). Neste sentido, considera-se que este trabalho tem um carater exploratório.

Tabela 3: Caraterização da Amostra

País/Região	Amostra	
	N	%
Portugal	20	12,35%
Bissau	40	24,69%
Tombali	35	21,60%
Quinara	35	21,60%
Bafatá	32	19,75%
Total	162	100,00%

Fonte: Elaboração própria

2.5 Recolha e Tratamento dos Dados

Na execução de qualquer trabalho de investigação, a recolha de dados assume um papel fundamental nas ações a desenvolver. Deste modo, “...é um processo de observações, de medida e de consignação de dados, visando recolher informações sobre certas variáveis junto dos sujeitos que participam numa investigação.” (Fortint,1999, p. 372). Por outras palavras, é um método organizado com vista a obter informações, junto de múltiplas fontes, com o propósito de garantir a transferência de um nível de conhecimentos para outro.

Deste modo, o presente estudo contém dois grupos de dados. No primeiro dos quais foram recolhidos dados qualitativos através de uma entrevista, direcionada às entidades administrativas a nível local e nacional, incluindo também alguns professores e estudantes de ensino superior, como se observa na Tabela 4.

O segundo grupo de dados quantitativos foi recolhido através de aplicação de questionário.

Tabela 4: Entidades Entrevistadas

Região	Setor	Instituição	Inquirido	Duração/dias da entrevista
Bissau	Bissau	Ministério de Educação	DGE	3 dias
		Ministério de Agricultura	Ex-ministra	
		Guarda Nacional	Agente	
		Federação Nacional de Andebol	Coordenadora Técnica	
		17 de Fevereiro	Estudantes	
Tombali	Catió	Direção Regional de Educação	DRE	14 dias
		Direção Regional de Agricultura	DRA	
		Hospital Regional	Enfermeiros	
		Comité de Estado	Governador	
		Liceu Regional	Professores	
		Ensino Básico e Secundário	Diretores	
		ONG	Administrador	
Quinara	Banta	Escola primária	Diretor	1 dia
Bafatá	Contuboeil	Hospital Regional	Diretor	3 dias
		Instituto de Pesquisa Agraria	Diretor	
		ONG	Diretor e animadores	
Total dos entrevistados			38	
Sexo				
Masculino			70,00%	
Feminino			30,00%	

Fonte: Elaboração própria

Os dados foram recolhidos, de forma presencial, no período compreendido entre fevereiro a março de 2021. Na aplicação do questionário utilizou-se o *Google Docs* para os estudantes a residir em Portugal. A aplicação na Guiné-Bissau foi feita presencialmente, nas regiões apresentadas na caracterização da amostra.

Quanto ao tratamento dos dados, foi realizado com o auxílio da ferramenta do software estatístico, SPSS 26, para o qual foram recolhidos e validados um total de 162 questionários (Tabela 3).

2.6 Enquadramento geográfico da Guiné-Bissau

Segundo Nunes et al. (2015), a República da Guiné-Bissau é um país na Costa Atlântica da África Ocidental, que faz fronteira com o Senegal ao norte, Guiné ao sul e ao leste e com o Oceano Atlântico a oeste. Abrange uma área de 36.125 km² e estende-se a sul do Cabo Roxo até à foz do Rio Cajete, incluindo o arquipélago dos Bijagós.

O território guineense é maioritariamente plano e o seu ponto mais elevado está a 300 metros acima do nível do mar (montanhas de Fouta Djalon, Boé). O litoral é extremamente recortado por amplos estuários orlados por uma densa vegetação de mangais, enquanto o interior é formado por vegetação típica de savana, maioritariamente árvores, por vezes com ervas altas e acácias umbelíferas, pequenos bosques de bambu e palmeiras.

A Guiné-Bissau encontra-se, aproximadamente a meia distância entre o Equador e o Trópico de Câncer, tem um clima tropical, caracteristicamente quente e húmido. Há duas estações distintas: a estação seca e a estação chuvosa. O território insular é composto por mais de 80 ilhas, possuindo algumas das melhores praias da África Ocidental. A estação chuvosa estende-se de meados de maio até meados de novembro, com maior pluviosidade em julho e agosto. A estação seca corresponde aos restantes meses do ano. Dezembro e janeiro são os meses mais frios. Contudo, as temperaturas são muito elevadas durante todo o ano.

Figura 1: Mapa de Guiné-Bissau



Fonte: Elaboração própria

2.7 Análise e discussão dos resultados

2.7.1 Caracterização dos inquiridos

Para a caracterização dos inquiridos são analisadas as variáveis sexo, a faixa etária, a formação académica, a ocupação, a instituição e a setor da atividade dos respetivos inquiridos.

A Tabela 5 evidencia que o sexo masculino representa 72,8% dos inquiridos e 27,2% do sexo feminino. Essa diferença significativa na variável “Sexo” é entendida por o sexo feminino ter menos oportunidades de ensino, devido a alguns fatores ou estereótipos em certas comunidades guineenses que alegam que as meninas devem apoiar nos trabalhos domésticos.

Tabela 5: Caracterização dos inquiridos - Sexo

Sexo	n	%
Feminino	44	27,2
Masculino	118	72,8
Total	162	100,00

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito à Tabela 6, relacionada com a variável “Idade”, foi agrupada em 6 faixa etárias, em que 43,8% dos inquiridos têm entre 24 e 29 anos, representando assim 71 inquiridos (n=71), 19,1% têm idades compreendidas entre 18 e 23 anos, (n=31), 15,4% têm idades compreendidas entre 30 e 35 anos, (n=25). Menos de 10% dos inquiridos, 8,6% possuem mais de 47 anos (n=14), 6,8% com idades compreendidas entre 42 e 47 anos (n=11), e 6,2% dos inquiridos com idades entre

36 e 41 anos (n=10). Conclui-se que a maioria dos inquiridos representam um perfil jovem com idades entre 18 a 35 anos.

Tabela 6: Caracterização dos inquiridos - Idade

Faixa Etária	n	%
18- 23	31	19,1
24-29	71	43,8
30-35	25	15,4
36-41	10	6,2
42-47	11	6,8
Mais de 47	14	8,6
Total	162	100,00

Fonte: Elaboração própria

Conforme os dados da Tabela 7, sobre a variável “Formação Académica”, num total de 162 inquiridos, 72,8% possuem o ensino superior (n=118), 17,3% possuem ensino secundário (n=28). Segue-se o primeiro ciclo, com 4,3% (n=7), terceiro ciclo (n=4) e sem escolaridade (n=4) representam 2.5% respetivamente. Por fim, segundo ciclo com 0,6% (n=1).

Tabela 7: Caracterização dos inquiridos - Formação Académica

Formação Académica	n	%
Sem Escolaridade	4	2,5
Primeiro Ciclo	7	4,3
Segundo Ciclo	1	0,6
Terceiro Ciclo	4	2,5
Ensino Secundário	28	17,3
Ensino Superior	118	72,8
Total	162	100,00

Fonte: Elaboração própria

Relativamente a variável “Ocupação” dos inquiridos (Tabela 8), conclui-se que 54,9% são estudantes, 19,8% trabalham na administração pública, enquanto 11,1% trabalham por conta própria. Os restantes 14,1% são repartidos por: reformados 0,6%, desempregados 3,7%, funcionários no setor privado 8,6% e 1,2% correspondem outras ocupações.

Tabela 8: Caracterização dos inquiridos - Ocupação

Ocupação	n	%
Estudante	89	54,9
Trabalho por conta própria	18	11,1
Trabalho por conta de outrem (Administração Pública)	32	19,8
Trabalho por conta de outrem (Setor Privado)	14	8,6
Reformando	1	0,6
Desempregado	6	3,7
Outro	2	1,2
Total	162	100,00

Fonte: Elaboração própria

De acordo com os dados da Tabela 9, sobre a variável “Instituição” onde trabalham os inquiridos, é possível verificar que a maior percentagem dos inquiridos são estudantes 24,1% (não aplicável),

22,8% trabalham num organismo público da administração local com (n=37). Os trabalhadores de uma entidade privada não foi além dos 16,7% e 13% trabalham em outras instituições.

Tabela 9: Caraterização dos inquiridos - Instituição onde trabalham

Instituição	n	%
Organismo Público da Administração Central	14	8,6
Organismo Público da Administração Local	37	22,8
Organização Não Governamental (ONG)	8	4,9
Entidade Privada	27	16,7
Atividade Individual	16	9,9
Não Aplicável	39	24,1
Outro	21	13,0
Total	162	100,00

Fonte: Elaboração própria

Pode verificar-se, em relação à variável “Setor de Atividade” (Tabela 10) em que trabalham os inquiridos, que é o setor de educação que está mais representado, com 29,6%, seguido de setor agrícola e saúde com 9,9%, 9,3% respetivamente. De notar que 27,8% não é aplicado aos inquiridos, uma vez que são estudantes.

Tabela 10: Caraterização dos inquiridos - Setor de Atividade onde trabalham

Setor de Atividade	n	%
Setor Agrícola	16	9,9
Setor Industrial	5	3,1
Setor de Construção	4	2,5
Setor de Transporte	2	1,2
Setor de Educação	48	29,6
Setor de Saúde	15	9,3
Setor de Administração	9	5,6
Setor de Desporto	12	7,4
Não Aplicável	45	27,8
Outro	6	3,7
Total	162	100,00

Fonte: Elaboração própria

2.7.2 Estatística Descritiva

A análise descritiva far-se-á através do estudo das variáveis com dados pessoais dos 162 inquiridos, sendo que serão analisadas as opiniões dos inquiridos para os setores da Educação, Saúde, Agricultura e Desporto. Pretende-se descrever a perceção dos inquiridos, em relação à situação atual dos diferentes setores, bem como ao impacto que as ONG têm no mesmo.

2.7.2.1 ONG e o Setor de Educação

A tabela 11 evidencia a satisfação com a evolução do sistema educativo guineense de 2000 a 2021. Apenas 6,4% dos inquiridos dizem estar muito satisfeitos e 11, 5% satisfeitos. Verifica-se que há dois grupos com percentagens iguais, somando 55,2%, sendo eles insatisfeito e nem

insatisfeito/nem satisfeito. O grupo dos inquiridos que diz estar muito insatisfeito, representa 26,9% dos inquiridos.

Tabela 11: Grau de satisfação global em relação à evolução do Sistema Educativo da Guiné-Bissau nos últimos 21 anos

n	Omisso	%	Escala de likert				Média.	DP	
			Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem Insatisfeito / Nem Satisfeito	Satisfeito			Muito Satisfeito
162	6	96,3	26,9	27,6	27,6	11,5	6,4	2,43	1,187

Fonte: Elaboração própria

Uma possível justificação para o panorama apresentado acima, sobre a educação guineense, relaciona-se com a fase muito embrionária e com a carência de vários recursos (humanos e materiais) nesta área. Assim, 50,30% dos inquiridos concordam que a infraestrutura física, recursos humanos (professores e educadores) e orientações curriculares para Ensino Básico são “pouco adequado”. No entanto, temos outros inquiridos que contrapõem com as seguintes percentagens: infraestrutura física 26,50%; orientações curriculares para Ensino Secundário 21,90%; recursos pedagógicos 21,40%; orientações curriculares para Ensino Básico 20,10% e recursos humanos (professores e educadores) 12,60%, afirmando que estas rúbricas são “nada adequada”, embora haja 11,90% e 10,40% dos inquiridos que estão de acordos que os recursos humanos (professores e educadores) e orientações curriculares para Ensino Básico estão “extremamente adequados”.

Tabela 12: Grau de adequabilidade dos itens da satisfação global em relação à evolução do Sistema Educativo da Guiné-Bissau nos últimos 21 anos

Variáveis	Escala de likert				Média	DP
	Nada Adequado	Pouco Adequado	Muito Adequado	Extremamente Adequado		
2.1 Satisfação global					2,184	0,861
2.2.1 Infraestrutura física	26,50%	50,30%	13,90%	9,30%	2,06	0,881
2.2.2 RH – (professores e educadores)	12,60%	50,30%	25,20%	11,90%	2,36	0,852
2.2.3 Recursos Pedagógicos	21,40%	55,20%	16,90%	6,50%	2,08	0,800
2.2.4 Orientações curriculares para Ensino Básico	20,10%	49,40%	20,10%	10,40%	2,21	0,883
2.2.5 Orientações curriculares para Ensino Secundário	21,90%	44,50%	24,50%	9,00%	2,21	0,888

Fonte: Elaboração própria

Quando questionados sobre se a atuações das ONG tem contribuído para a melhoria da qualidade da educação/formação do povo guineense (gráfico 1), a resposta foi quase consensual. 96,77% consideraram que sim e apenas 3,23% não concordaram.

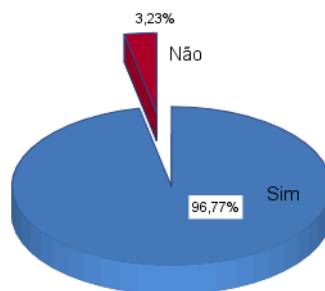


Gráfico 1: Contributo das ONG para a melhoria da qualidade da educação/formação do povo guineense
Fonte: Elaboração própria

A Tabela 13 evidencia o grau de importância das diferentes ações implementadas pelas ONG. A formação de professores e criação de escolas são as que possuem mais percentagem 47,90% e 43,90%, respetivamente. As que apresentam menor importância são: bibliotecas escolares 12,10%; contribuição para o desenvolvimento curricular do ensino secundário 6,90%, logo seguidas de formação de professores, com a mesma percentagem de 6,80%. De referir que os itens em que se obtiveram a melhor média são os seguintes: formação de professores (M=3,24 pontos; DP=0,897); criação de escolas (M=3,19 pontos; DP=0,860); contribuição para o desenvolvimento curricular do ensino básico (M=3,13 pontos; DP=0,852). As ações em que se obteve menor média foram: bibliotecas escolares (M=2,96 pontos; DP=1,042) e contribuição para o desenvolvimento curricular do ensino secundário (M=2,89 pontos; DP=0,875).

Tabela 13: Grau de importância das ações implementadas pelas ONG

Variáveis	Escala de likert				Média	DP
	Nada Importante	Pouco Importante	Muito Importante	Extremamente Importante		
2.4 Grau de importância (...)					3,696	1,0724
2.4.1 Formação de professores	6,80%	10,30%	34,90%	47,90%	3,24	0,897
2.4.2 Contribuição para o desenvolvimento curricular do ensino básico	4,80%	15,90%	40,70%	38,60%	3,13	0,852
2.4.3 Contribuição para o desenvolvimento curricular do ensino secundário	6,90%	23,40%	43,40%	26,20%	2,89	0,875
2.4.4 Criação de escolas	4,10%	16,90%	35,10%	43,90%	3,19	0,860
2.4.5 Disponibilização de recursos pedagógicos/didáticos	4,10%	19,20%	42,50%	34,20%	3,07	0,836
2.4.6 Bibliotecas escolares	12,10%	19,60%	28,40%	39,90%	2,96	1,042

Fonte: Elaboração própria

Com base na Tabela 14, pode-se verificar-se que as ONG que atuam mais no setor da educação são: Instituto Camões 27,30%; Na Rota dos Povos 26,60%; FEC 18,00%; ADPP 16,40%; TINIGUENA 16,40% e Médicos sem Fronteiras 15,60%. 43,80% dos inquiridos identificaram as seguintes organizações com maior intervenção: UNICEF, 33,60% e PNUD, 10,20%.

No entanto, é importante referir que existem 15,60% dos inquiridos que dizem que não conhecem nenhuma ONG que trabalha neste campo.

Tabela 14: ONG/Instituições que se destacaram no Setor de Educação

ONG/Instituições	Sim	Não
ONG AD	9,40%	90,60%
ONG ADPP	16,40%	83,60%
ONG AIDA	10,90%	89,10%
ONG ALTERNAG	3,90%	96,10%
ONG AMIC	12,50%	87,50%
CARITAS NACIONAL	10,20%	89,80%
CNJ	10,90%	89,10%
ONG CRUZ VERMELHA	8,60%	91,40%
ONG EFFECTIVE INTERVENTION	9,40%	90,60%
ONG ENDA GUINÉ-BISSAU	6,30%	93,80%
FEC - Fundação Fé e Cooperação	18,00%	82,00%
ONG IANDA-GUINÉ	4,70%	95,30%
INSTITUTO CAMÕES	27,30%	72,70%
ONG MÉDICOS SEM FRONTEIRAS	15,60%	84,40%
MISSÃO CATOLICA	11,70%	88,3%
ONGD NA ROTA DOS POVOS	26,60%	73,40%
ONG NADEL	3,90%	96,10%
ONG PIMI	4,70%	95,30%
PNUD	10,20%	89,80%
ONG RENAJ	13,30%	86,70%
ONG SAÚDE BANDIM	12,50%	87,50%
ONG TINIGUENA	16,40%	83,60%
UNICEF	33,60%	66,40%
ONG VIDA	6,30%	93,80%
Outras	15,60%	84,40%

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 15 reflete, de forma global, as principais ações que, na opinião dos inquiridos, deveriam ser implementadas pelas ONG, para a melhoria do Sistema Educativo guineense. Assim, formação de professores e educadores ocupa a primeira posição com 73,20%; Bibliotecas escolares na segunda posição com 72,00%, seguindo-se a criação de escolas e disponibilização de recursos pedagógicos/didáticos, com 66,70% e 66,20%, respetivamente. A contribuição para o desenvolvimento curricular do ensino básico e ensino secundário ocupam a última posição com 62,00% e 62,40%, na devida ordem. É de salientar que todas as variáveis obtiveram uma média superior a 3 pontos, conforme os dados da Tabela 15.

Tabela 15: As principais ações que deveriam ser implementadas pelas ONG

Variáveis	Escala de likert				Média	DP
	Nada Importante	Pouco Importante	Muito Importante	Extremamente Importante		
2.6 Grau de importância (...)					3,50	0,816
2.6.1 Formação de professores e educadores	3,90%	8,50%	14,40%	73,20%	3,57	0,809
2.6.2 Contribuição para o desenvolvimento curricular do ensino básico	4,00%	9,30%	24,70%	62,00%	3,45	0,824
2.6.3 Contribuição para o desenvolvimento curricular do ensino secundário	4,70%	10,70%	22,10%	62,40%	3,42	0,864
2.6.4 Criação de escolas	2,70%	9,30%	21,30%	66,70%	3,52	0,775
2.6.5 Disponibilização de recursos pedagógicos/didáticos	4,00%	10,60%	19,20%	66,20%	3,48	0,839
2.6.6 Bibliotecas escolares	3,30%	8,70%	16,00%	72,00%	3,57	0,789

Fonte: Elaboração própria

2.7.2.2 ONG e o Setor da Saúde

Dos 162 inquiridos, 83,44% concordam que se tem verificado uma melhoria nos serviços de saúde, originada pela intervenção das ONG. Contudo 16,56% não concordam, como se observa no gráfico 2.

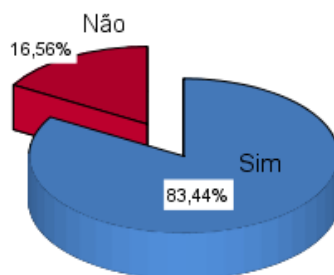


Gráfico 2: Melhoria no serviço de Saúde, originada pela intervenção das ONG
Fonte: Elaboração própria

Dos 162 inquiridos, 55,70% responderam ter participado, ou algum membro do seu agregado familiar, nos últimos 10 anos, em ações de formação, levadas a cabo por enfermeiros/técnicos de saúde de ONG e 44,30% responderam não ter participado, Gráfico 3.

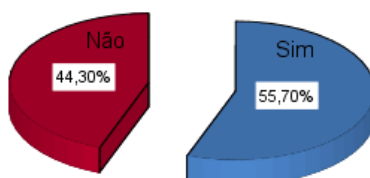


Gráfico 3: Participação nas ações de formações, levadas a cabo por enfermeiros/técnicos de saúde de ONG

Fonte: Elaboração própria

Na Tabela 16 a seguir, apresentam-se as principais ações de formações em que participaram os inquiridos ou um membro do seu agregado familiar, nos últimos 10 anos. Assim, observa-se que a ação de formação em que mais participaram é a de Direitos Humanos na gravidez, parto e pós-parto (37,60%), e Pediatria (14,90%). Importa referir que muitos dos inquiridos dizem ter frequentado mais que uma ação de formação.

Tabela 16: Formações lecionadas pelos enfermeiros/técnicos de saúde das ONG

Variável 3.3. Se respondeu (Sim) à questão anterior, por favor seleciona as respetivas formações

	Sim	Não
3.3.1 Ação de formação em - "Direitos Humanos na gravidez, parto e pós-parto	37,60%	62,40%
3.3.2 Ação de formação em "Avaliação e Abordagem à Pessoa com Dor-Básico	12,80%	87,20%
3.3.3 Ação de formação em "Rastreio do Cancro do Colo do Útero e Atualização em Contraceção de Longa Duração	13,50%	86,50%
3.3.4 Ação de formação em Pediatria	14,90%	85,10%
3.3.5 Ação de formação em Oftalmologia	9,20%	90,80%
3.3.6 Outro	6,80%	--

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito à campanha de sensibilização, levadas a cabo pelas ONG, sobre os cuidados de saúde, verifica-se que mais de 66% dos inquiridos responderam que já participaram nas mesmas. 33,10% dos inquiridos referem que nos últimos 10 anos, nem eles nem nenhum membro do seu agregado familiar participaram nas campanhas (Gráfico 4).

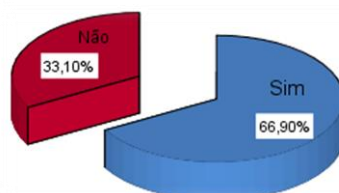


Gráfico 4: Campanha de sensibilização sobre cuidados de saúde

Fonte: Elaboração própria

Na análise à Tabela 17, pode observar-se que as campanhas com maiores participações dos inquiridos ou familiares dos mesmos, são: campanha de distribuição de mosquiteiros, representando cerca de 48,03% dos inquiridos, vacinação, com 45,50%, epidemia VIH/SIDA, 43,40% e, COVID-19 com 40,00%. As que apresentaram menor aderência foram: campanha de sensibilização sobre a infertilidade, esterilidade, com 13,10%, noma, com 16,60%, e hepatites virais, com 16,60%.

Tabela 17: Campanha de sensibilização sobre cuidados de saúde

Variável 3.5. Campanhas de sensibilização	Sim	Não
3.5.1 Campanha de vacinação	45,50%	54,50%
3.5.2 Campanha de distribuição de mosquiteiros	48,03%	51,70%
3.5.3 Campanha sensibilização sobre a epidemia VIH/SIDA	43,40%	56,60%
3.5.4 Campanha de sensibilização sobre tuberculose	31,70%	68,30%
3.5.5 Campanha de sensibilização sobre epidemia de cólera	27,60%	72,40%
3.5.6 Campanha de sensibilização sobre hepatites virais	16,60%	83,40%
3.5.7 Campanha de sensibilização sobre COVID-19	40,00%	60,00%
3.5.8 Campanha de sensibilização sobre noma	16,60%	83,40%
3.5.9 Campanha de sensibilização sobre a mortalidade materna e infantil	27,60%	72,40%
3.5.10 Campanha de prevenção e combate à mutilação genital feminina	30,30%	69,70%
3.5.11 Campanha de sensibilização sobre a infertilidade e esterilidade	13,10%	86,90%
3.5.12 Campanha de sensibilização sobre maus tratos com as crianças (com deficiência ou não)	31,00%	69,00%
3.5.13 Outro	1,90%	--

Fonte: Elaboração própria

Os dados que se apresentam na tabela 18 referem-se às ONG e instituições com mais números de intervenções no setor da saúde. Destacam-se a Cruz Vermelha, com 25,40%; Médicos Sem Fronteiras, com 23,00%; Vida, com 21,40%; e UNICEF, com 23,80%.

Tabela 18: ONG/instituições que se destacaram no setor da Saúde

Variável 3.6 ONG que se destacaram por ter levado a cabo ações relevantes na área da saúde	Sim	Não
ONG AD	7,90%	92,10%
ONG ADPP	6,30%	93,70%
ONG AIDA	16,70%	83,30%
ONG ALTERNAG	7,10%	92,90%
ONG AMIC	10,30%	89,70%
ONG ANADEC	3,20%	96,80%
ONG ASC	5,60%	94,40%
CARITAS NACIONAL	8,70%	91,30%
CNJ	5,60%	94,40%
ONG CRUZ VERMELHA	25,40%	74,60%
ONG EFFECTIVE INTERVENTION	5,60%	94,40%
ONG ENDA GUINÉ-BISSAU	3,20%	96,80%
ONG ENDA SANTÉ-GB	7,90%	92,10%
FEC-FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO	4,00%	96,00%
ONG GUIARROZ	3,20%	96,80%
ONG IANDA-GUINÉ	6,30%	93,70%
FUNDAÇÃO IMVF	4,80%	95,20%
INSTITUTO CAMÕES	4,00%	96,00%
ONG KAFO	3,20%	96,80%
ONG MÉDICOS SEM FRONTEIRAS	23,00%	77,00%
MISSÃO CATOLICA	11,90%	88,10%
ONGD NA ROTA DOS POVOS	7,10%	92,90%
ONG NADEL	8,70%	91,30%
ONG NIMBA	3,20%	96,80%
ONG PIMI	8,70%	91,30%
PNUD	9,50%	90,50%
ONG RENAJ	7,10%	92,90%
ONG SAÚDE BANDIM	18,30%	81,70%
ONG TINIGUENA	4,80%	95,20%
UNICEF	23,80%	76,20%
ONG VIDA	21,40%	78,60%
ONG PLAN INTERNATIONAL	4,00%	96,00%
OUTROS/NÃO CONHECEM	20,60%	---

Fonte: Elaboração própria

É possível constatar, na Tabela 19, as opiniões dos inquiridos sobre as principais áreas de atuações em que as ONG deveriam intensificar ou reforçar os seus apoios, para que haja uma melhoria no setor da saúde. Assim, verifica-se a seguinte ordem de relevância: Saúde da mulher, 68,30%; saúde infantil, 66,00%; materiais para diagnóstico, 65,90%; maternidade, 64,70%; tratamento da água, 64,30%; tratamento e reciclagem do lixo, 64,20%; prevenção IVH, 60,40%; prevenção de Ébola, 55,80%; saúde reprodutiva, 55,30%; e cancro, 51,90%. De salientar que os atributos com maior média são: saúde da mulher (M=3,60 pontos; DP= 0,667); maternidade (M=3,57 pontos; DP=0,638); saúde infantil (M=3,56 pontos; DP=0,697); tratamento de água (M=3,54 pontos; DP=0,704); materiais para diagnósticos (M=3,54 pontos; DP=0,725), prevenção IVH (M=3,53 pontos; DP=0,641); tratamento e reciclagem do lixo (M=3,50 pontos; DP=0,704).

Tabela 19: Principais áreas de atuações das ONG para a melhoria do setor da saúde

Variáveis	Escala de likert				Média	DP
	Nada Importante	Pouco Importante	Muito Importante	Extremamente Importante		
3.7 Áreas de atuação (...)					3,51	0,702
3.7.1 Saúde Infantil	1,40%	7,60%	25,00%	66,00%	3,56	0,697
3.7.2 Saúde reprodutiva	0,70%	7,80%	36,20%	55,30%	3,46	0,671
3.7.3 Saúde da Mulher	1,40%	5,80%	24,50%	68,30%	3,60	0,667
3.7.4 Prevenção IVH	--	7,90%	31,70%	60,40%	3,53	0,641
3.7.5 Prevenção de Ébola	0,80%	17,10%	26,40%	55,80%	3,37	0,791
3.7.6 Cancro	1,50%	8,90%	37,80%	51,90%	3,40	0,714
3.7.7 Maternidade	--	7,90%	27,30%	64,70%	3,57	0,638
3.7.8 Tratamento da água	1,40%	7,90%	26,40%	64,30%	3,54	0,704
3.7.9 Tratamento e reciclagem do lixo	2,90%	8,00%	24,80%	64,20%	3,50	0,768
3.7.10 Materiais para diagnósticos	1,50%	9,10%	23,50%	65,90%	3,54	0,725

Fonte: Elaboração própria

2.7.2.3 ONG e o Setor da Agricultura

Guiné-Bissau é caracterizado por um país cujo solo é muito fértil para a prática da agricultura. No entanto, neste setor, os trabalhos são efetuados com auxílio das ferramentas/utensílios que os homens já usavam desde a pré-história.

Assim, a Tabela 20 apresenta a satisfação dos inquiridos em relação à evolução do setor agrícola nos últimos 21 anos. Vê-se que 28,00% dos inquiridos responderam que estão muito insatisfeitos com a evolução do setor agrícola na Guiné Bissau, 24,50% insatisfeitos. 23,8% dos inquiridos consideram nem estar satisfeitos nem insatisfeitos.

Tabela 20: Satisfação em relação à evolução do setor agrícola na Guiné-Bissau nos últimos 21 anos

n	Omisso	%	Escala de likert				Méd.	DP	
			Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem Satisfeito / Nem Insatisfeito	Satisfeito			Muito Satisfeito
162	11,7	88,3	24,5	28,0	23,8	15,4	8,4	2,55	1,249

Fonte: Elaboração própria

Um possível justificação para os dados apresentados na da tabela anterior, pode estar relacionada com as respostas apresentadas na tabela 21. Pode observar-se que 20,60% dos inquiridos consideraram que as medidas de apoio à agricultura, nos últimos 21 anos, foram nada adequadas. Já 43,30% dos inquiridos concordam que são adequadas e 10,60% acham que são extremamente adequadas. Em relação às formações disponibilizadas, 37,60% acham adequado e 26,20% discordam e classificam como nada adequado. No que diz respeito aos meios disponibilizados (infraestruturas), os inquiridos têm opiniões diferenciadas. 32,90% dizem que são adequados e 32,10% dizem serem nada adequados. Por fim, em relação à disponibilização de meios de produção (ferramentas), 38,80% dizem ser adequada. 22,30% dizem ser nada adequada e a mesma

percentagem dos que dizem estar muito adequado. Pode concluir-se que os inquiridos consideraram que as medidas de apoio à agricultura, formações disponibilizadas, meios disponibilizados (infraestruturas), disponibilização de meios de produção (ferramentas), são adequados, uma vez que esta variável, numa escala de 4 pontos, apresenta uma média superior a 2 pontos, conforme a Tabela 21.

Tabela 21: Adequabilidade dos meios/instrumentos de apoio ao setor agrícola

Variáveis	Escala de likert				Média	DP
	Nada Adequado	Adequado	Muito Adequado	Extremamente Adequado		
4.2 Grau de adequabilidade (...)					2,25	0,98
4.2.1 Medidas de apoio à agricultura	20,60%	43,30%	25,50%	10,60%	2,26	0,907
4.2.2 Formações disponibilizados	26,20%	37,60%	24,80%	11,30%	2,21	0,962
4.2.3 Meios disponibilizados (infraestruturas)	32,10%	32,90%	20,00%	15,00%	2,18	1,048
4.2.4 Disponibilização de meios de produção (ferramentas)	22,30%	38,80%	22,30%	16,50%	2,33	1,003

Fonte: Elaboração própria

É possível observar na Tabela 22, as ações implementadas pelas ONG depois da guerra-civil do ano 1998 e que foram fundamentais para o desenvolvimento do setor agrícola. Assim, a reabilitação de bolanhas foi classificada pelos inquiridos como adequada e extremamente adequada, com 33,10% e 28,60%, respetivamente. A disponibilização de alfaías e máquinas agrícolas é considerada adequada, com 39,80% e muito adequada, com 21,90%.

Por fim, o processamento e comercialização de caju possui 46,30% de adequação. 19,40% discordam e dizem que está nada adequado. Esta variável foi medida numa escala de 4 pontos, e as ações que obtiveram a melhor média foram os de reabilitações de bolanhas (M=2,67 pontos; DP=1,042). De realção que ambas as ações obtiveram uma média superior a 2 pontos.

Tabela 22: Ações implementadas pelas ONG depois da guerra-civil do ano 1998

Variáveis	Escala de likert				Média	DP
	Nada Adequado	Adequado	Muito Adequado	Extremamente Adequado		
4.3 As ações implementadas (...)					2,45	1,002
4.3.1 Reabilitações de bolanhas	14,30%	33,10%	24,10%	28,60%	2,67	1,042
4.3.2 Disponibilização de alfaías e máquinas agrícolas	20,30%	39,80%	21,90%	18,00%	2,38	1,004
4.3.3 Processamento comercialização de caju	19,40%	46,30%	18,70%	15,70%	2,31	0,960

Fonte: Elaboração própria

Como já é notório pela maior parte das comunidades internacionais, a Tabela 23, apresenta os dados relativamente ao apuramento dos problemas mais graves no setor agrícola. Investimentos insuficientes nas infraestruturas rurais ocupa a primeira posição com 80,40%, seguido de gestão do território e dos programas de acesso ao financiamento, com 65,70%, acesso à informação sobre os mercados (63,00%) e, por último, o acesso aos meios de produção, com 58,40%. No entanto, há 3,10% dos inquiridos que apontaram questões como: reabilitação de bolanha, falta de mecanização, comercialização de caju, conflitos de posses de terra, entre criadores de gados e roubo. De referir que mais de 50% dos inquiridos referem os investimentos insuficientes nas infraestruturas rurais,

gestão do território e dos programas de acesso ao financiamento, acessos difíceis aos meios de produção, acesso à informação sobre os mercados, e outros problemas devidos à própria gestão dos equipamentos e do setor agrícola na Guiné-Bissau.

Tabela 23: Problemas que não se encontram resolvidos no setor agrícola

Variável 4.4 Problemas mais graves	Sim	Não
4.4.1 Investimentos insuficientes nas infraestruturas rurais	80,40%	19,60%
4.4.2 Gestão do território e dos programas de acesso ao financiamento	65,70%	34,30%
4.4.3 Acesso aos meios de produção	58,40%	41,60%
4.4.4 Acesso à informação sobre os mercados	63,00%	37,00%
4.4.5 Outro	3,10%	--

Fonte: Elaboração própria

Na sequência da tabela anterior, é possível verificar na Tabela 24, as principais razões para a prevalência dos problemas deste setor. Assim a instabilidade política foi a mais consensual entre todos, com 89,90%. Em relação às outras variáveis, destacam-se recursos humanos (técnicos agrícolas), com 60,40%, ética e valores morais, com 56,10%, autogestão (49,60%) e supervisão do território a nível nacional, com 39,60%.

Tabela 24: Principais razões para a prevalência dos problemas no setor agrícola

Variável 4.5	Sim	Não
4.5.1 Instabilidade política	89,90%	10,10%
4.5.2 Supervisão do território a nível nacional	39,60%	60,40%
4.5.3 Recursos Humanos (técnicos agrícolas)	60,40%	39,60%
4.5.4 Autogestão	49,60%	50,40%
4.5.5 Ética e valores morais	56,10%	43,90%
4.5.6 Outro (Implementação das leis de terra)	0,6%	--

Fonte: Elaboração própria

Pode-se observar no Gráfico 5, que 64,96% dos inquiridos concordaram que as ações implementadas pelas ONG no setor da agricultura permitiram melhorar a qualidade da nutrição do povo guineense.

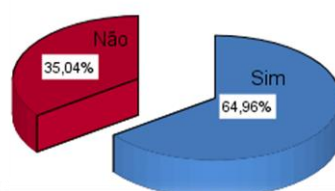


Gráfico 5: Melhoria na qualidade da nutrição do povo guineense

Fonte: Elaboração própria

Em relação à importância das formações realizadas pelas ONG, destinados aos agricultores, é possível observar, na Tabela 25, que as opiniões dos inquiridos divergem. 31,70% consideraram

muito importante, 28,80% extremamente importante, 23,00% importante, 14,40% pouco importante e por fim 2,20% nada importante.

Tabela 25: Importâncias de formações realizadas pelas ONG destinados aos agricultores

n	Omisso	%	Escala de likert %					Méd.	DP
			Nada Importante	Pouco Importante	Importante	Muito Importante	Extremamente Importante		
139	14,20	85,80	2,20	14,40	23,00	31,70	28,80	3,71	1,100

Nota: n amostra;
Fonte: Elaboração própria

Na Tabela 26, apresenta-se a opinião dos inquiridos, relacionada com as principais ações que deveriam ser implementadas para a melhoria do setor agrícola na Guiné-Bissau. Assim, a reabilitação de bolanha obteve uma concordância de 88,10%; a disponibilização de alfaias e máquinas agrícolas 88,00% e realizações de feiras agrícolas 72,20%. Porém, foi sugerido por 4,03% dos inquiridos outras ações, tais como: criação de fábricas de transformações de frutas, formação técnica, contacto diário com a população e desenvolvimento de uma política de financiamento capaz de atrair e facilitar os mecanismos de acesso ao financiamento, isto é, a criações de medidas concretas e que vão ao encontro da realidade do setor agrícola.

Tabela 26: Ações que deveriam ser implementadas pelas ONG para a melhoria do setor agrícola

Variável 4.8	Sim	Não
4.8.1 Reabilitação de bolanhas	88,10%	11,90%
4.8.2 Disponibilização de alfaias e máquinas agrícolas	88,00%	12,00%
4.8.3 Realizações de feiras agrícolas	72,20%	27,80%
4.8.4 Outro	4,3%	--

Fonte: Elaboração própria

Na Tabela 27, é possível observar as ONG que são destacadas pela implementação de ações relevantes no setor da agricultura: GUIARROZ, 21,90%; PASA, 15,60%; ADPP, 14,10%; e NIMBA, 11,70%. É de salientar, que 23,40% dos inquiridos responderam que não conhecem nenhuma das ONG que atuam neste setor.

Tabela 27: ONG/instituições que se destacaram no setor de agricultura

Variável 4.9	Sim	Não
ONG AD	7,80%	92,20%
ONG ADPP	14,10%	85,90%
ONG AIDA	5,50%	94,50%
ONG AMIC	6,30%	93,80%
ONG ANCOP	4,70%	95,30%
CARITAS NACIONAL	3,90%	96,10%
CNJ	3,90%	96,10%
ONG DEPA	4,70%	95,30%
ONG DJALICUNDA	3,10%	96,90%
ONG EAPP	3,10%	96,90%
ONG ENDA GUINÉ-BISSAU	3,90%	96,10%
ONG FIDA	5,50%	94,50%
ONG GUIARROZ	21,90%	78,10%
ONG IANDA-GUINÉ	6,30%	93,80%
ONG NIMBA	11,70%	88,30%
ONG PADES	7,00%	93,00%
ONG PASA	15,60%	84,40%
ONG PIMI	3,10%	96,90%
PNUD	5,50%	94,50%
ONG RENAJ	3,90%	96,10%
ONG SAÚDE BANDIM	3,90%	96,10%
ONG TINIGUENA	7,80%	92,20%
UNICEF	6,30%	93,80%
ONG VIDA	3,90%	96,10%
ONG PLAN INTERNATIONAL	4,70%	95,30%
OUTROS/NÃO CONHEÇO	23,40%	76,6

Fonte: Elaboração própria

De acordo com os dados apresentados na Tabela 28, é possível efetuar a seguinte ordem de relevância, no que se refere às possíveis áreas de atuação das ONG: capacitação de jovens agricultores para acompanhamento da produção e escoamento dos produtos agrícolas, 69,10%; promoção da investigação e consultoria técnica junto dos agricultores, 61,60%; disponibilização de alfaias agrícolas, 56,40%; reestruturação e delineamento da estratégia comercial, 50,40%; e promoção do associativismo, 45,00%. Realça-se que todas as variáveis obtiveram uma média superior a 3,3 pontos, numa escala de 4 pontos.

Tabela 28: Principais áreas de atuações das ONG para a melhoria do setor da agricultura

Variáveis	Escala de likert				Média	DP
	Nada Importante	Pouco Importante	Muito Importante	Extremamente Importante		
4.10 Principais áreas de atuação (...)					3,44	0,752
4.10.1 Formação em técnicas de produção agrícola	2,20%	8,80%	27,70%	61,30%	3,48	0,749
4.10.2 Disponibilização de alfaias agrícolas	3,00%	7,50%	33,10%	56,40%	3,43	0,762
4.10.3 Promoção do associativismo	2,30%	9,90%	42,70%	45,00%	3,31	0,743
4.10.4 Reestruturação e delineamento da estratégia comercial	4,40%	8,10%	37,00%	50,40%	3,33	0,810
4.10.5 Capacitação de jovens agricultores para acompanhamento da produção e escoamento dos produtos agrícolas	1,50%	8,10%	21,30%	69,10%	3,58	0,705
4.10.6 Promoção da investigação e consultoria técnica junto dos agricultores	2,90%	6,50%	29,00%	61,60%	3,49	0,747

Fonte: Elaboração própria

2.7.2.4 ONG e o Setor do Desporto

Seguindo a mesma abordagem efetuado para os setores anteriormente apresentados, na Tabela 29, é possível constatar que 31,3% dos inquiridos dizem estar nem satisfeito/nem insatisfeito com a evolução do desporto nos últimos 21 anos. Contudo, 68,60% estão repartidos da seguinte forma: 20,10% insatisfeito, 16,40% muito insatisfeito, 17,20% satisfeito e 14,90% muito satisfeito.

Tabela 29: Satisfação com a evolução do setor do desporto

n	Omisso	%	Escala de likert %						Méd.	DP
			Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem Satisfeito / Nem Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito			
162	28	82,7	16,4	20,1	31,3	17,2	14,9	2,43	1,187	

Fonte: Elaboração própria

De acordo com o Gráfico 6, observa-se que 80,29% dos inquiridos responderam que não conhecem nenhuma ONG na área do desporto na Guiné-Bissau.

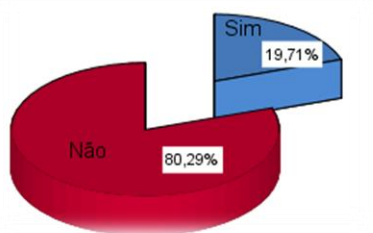


Gráfico 6: ONG que atuam na área do desporto

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 30 que se segue, apresenta as ONG que atuam no setor desportivo, tendo por base a resposta dada e apresentada no gráfico 6. Constata-se que a Na Rota dos Povos é a que mais se destacou com 12,80%, seguida da AD, com 5,30%.

Tabela 30: ONG que atuam no setor do desporto

Variável 5.3. Se respondeu Sim à questão 5.2. diga qual?	Sim	Não
ONG AD	5,30%	94,70%
ONG ADPP	3,20%	96,80%
ONG AIDA	4,30%	95,70%
ONG AMIC	3,20%	96,80%
CNJ	3,20%	96,80%
ONG FIDA	3,20%	96,80%
INSTITUTO CAMÕES	3,20%	98,90%
ONGD NA ROTA DOS POVOS	12,80%	87,20%
NÃO CONHEÇO	79,8%	20,20%

Fonte: Elaboração própria

Na opinião dos inquiridos, 91,79% considera que as ONG poderão ter um papel fundamental no desenvolvimento do desporto. Porém, 8,21% discordam desta opinião, Gráfico 7.

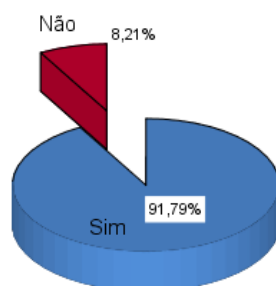


Gráfico 7: Papel das ONG no desporto

Fonte: Elaboração própria.

Apresenta-se, na Tabela 31, as modalidades que possam ser incentivadas e promovidas pelas ONG. Verifica-se que na coluna extremamente interessante, o futebol é a primeira modalidade a ser indicada pelos inquiridos, com 73,50%, seguida de atletismo, com 56,70%. A última modalidade a ser indicada é andebol com 47,30%.

Tabela 31: Modalidades que possam ser incentivadas e promovidas pelas ONG

Variáveis	Escala de likert				Média	DP
	Nada Interessante	Pouco Interessante	Muito Interessante	Extremamente Interessante		
5.5 Grau de interesse (...)					3,351	0,817
5.5.1 Atletismo	5,20%	7,50%	30,60%	56,70%	3,39	0,840
5.5.2 Andebol	4,70%	11,60%	36,40%	47,30%	3,26	0,843
5.5.3 Futebol	3,80%	5,30%	17,40%	73,50%	3,61	0,759
5.5.4 Natação	7,00%	10,10%	40,30%	42,60%	3,19	0,882
5.5.5 Basquetebol	1,50%	9,20%	36,90%	52,30%	3,40	0,722
5.5.6 Voleibol	4,80%	8,00%	39,20%	48,00%	3,30	0,815
5.5.7 Luta	4,60%	12,20%	31,30%	51,90%	3,31	0,858

Fonte: Elaboração própria

Tendo por base os dados constam na Tabela 32, pode afirmar-se que os inquiridos consideram que a prática desportiva: promove estilos de vida saudáveis, 76,60%; promove o bem-estar psicológico, reduz o stress, ansiedade e depressão, 75,20%; reduz o risco de várias doenças, 73,70%; promove a igualdade, o respeito e a amizade, 70,40%; promove a integração social, 61,90%; enaltece o espírito de equipa, 61,10%; melhora a capacidade de raciocínio, 60,90%; promove a autoestima e autoconfiança, 60,00%; contribui para a melhoria dos resultados escolares, 54,20%; e enaltece o espírito de resiliência, 51,90%.

Tabela 32: Grau de importância que poderá ter a prática desportiva

Variáveis	Escala de likert				Média	DP
	Nada Importante	Pouco Importante	Muito Importante	Extremamente Importante		
5.6 Grau de importância (...)					3,541	0,689
5.6.1 Promove a integração social	0,70%	7,50%	29,90%	61,90%	3,53	0,668
5.6.2 Reduz o risco de várias doenças	0,70%	6,60%	19,00%	73,70%	3,66	0,635
5.6.3 Promove o bem-estar psicológico, reduz o stress, ansiedade e depressão	0,70%	6,60%	17,50%	75,20%	3,67	0,631
5.6.4 Promove a autoestima e autoconfiança	1,50%	9,60%	28,90%	60,00%	3,47	0,731
5.6.5 Enaltece o espírito de resiliência	1,50%	10,50%	36,10%	51,90%	3,38	0,736
5.6.6 Enaltece o espírito de equipa	1,50%	5,30%	32,10%	61,10%	3,53	0,672
5.6.7 Contribui para a melhoria dos resultados escolares	3,10%	9,20%	33,60%	54,20%	3,39	0,780
5.6.8 Melhora a capacidade de raciocínio	1,50%	7,50%	30,10%	60,90%	3,50	0,703
5.6.9 Promove a igualdade, o respeito e a amizade	0,70%	8,90%	20,00%	70,40%	3,60	0,682
5.6.10 Promove estilos de vida saudáveis	1,50%	5,80%	16,10%	76,60%	3,68	0,652

Fonte: Elaboração própria

Na Tabela 33, apresentam-se os resultados relacionados com a questão sobre as diferentes formas de atuação das ONG na área do desporto, para aumentar a prática desportiva na Guiné-Bissau. Observa-se que a promoção de campanhas que evidenciem os benefícios do desporto, a prática de desportiva como motor de inserção social, a prática desportiva para efetivação de estilos de vida saudáveis, foram as variáveis que apresentaram uma percentagem abaixo de 50%. Ao analisar a coluna nada importante, as percentagens obtidas são irrelevantes uma vez que a maior percentagem é 7,9, o que pertence a variável promover a criação de escolas de formação desportiva.

Tabela 33: Diferentes formas de atuação das ONG para melhoria da prática desportiva

Variáveis	Escala de likert				Média	DP
	Nada Importante	Pouco Importante	Muito Importante	Extremamente Importante		
5.7 Grau de importância (...)					3,293	0,840
5.7.1 Promover campanhas que evidenciem os benefícios do desporto	3,00%	17,80%	44,60%	34,70%	3,11	0,799
5.7.2 Promover a prática de desportiva como motor de inserção social	2,00%	16,00%	38,00%	44,00%	3,24	0,793
5.7.3 Promover a prática desportiva para efetivação de estilos de vida saudáveis	3,90%	10,80%	40,20%	45,10%	3,26	0,807
5.7.4 Colaborar com as instituições de ensino para o desenvolvimento do desporto escolar	3,00%	10,00%	31,00%	56,00%	3,4	0,791
5.7.5 Colaborar com as entidades locais na criação de clubes organizados nas diferentes modalidades	5,80%	7,80%	35,90%	50,50%	3,31	0,852
5.7.6 Promover a criação de escolas de formação desportiva	7,90%	9,90%	28,70%	53,50%	3,28	0,939
5.7.7 Promover, juntamente com as federações, a formação de treinadores para as diferentes modalidades desportivas	4,90%	8,70%	29,10%	57,30%	3,39	0,843
5.7.8 Colaborar com as entidades locais na organização de competições nas diferentes modalidades	5,00%	12,90%	32,70%	49,50%	3,27	0,871
5.7.9 Colaborar com as federações na organização de competições nacionais nas diferentes modalidades desportivas	4,80%	10,60%	26,90%	57,70%	3,38	0,861

Fonte: Elaboração própria

2.7.3 Análise Qualitativa

Na tentativa de validar os dados apresentados nos pontos anteriores, foram realizadas entrevistas, que versaram sobre as mesmas temáticas.

A Tabela 4 mostra que foram realizadas 38 entrevistas. 70% (n=27) dos entrevistados são do sexo masculino e 30% (n=11) do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 a 50 anos.

Importa referir que os dados recolhidos nas entrevistas serão analisados, tal como na estatística descritiva, tendo por base os seguintes setores: educado, saúde, agricultura e desporto.

Nos pontos seguintes apresenta-se um resumo das opiniões dos entrevistados, em relação às temáticas constantes no questionário.

2.7.3.1 ONG e o Setor de Educação

A perceção dos entrevistados, em relação à evolução do sistema educativo da Guiné-Bissau entre 2000 a 2021, é a de que tem vindo a acompanhar a situação socioeconómica do país. Consideram que a instabilidade política recorrente tem afetado, sobremaneira, vários setores, nomeadamente a educação.

O setor da educação encontra-se numa fase muito embrionária, ainda muito carente de investimentos a vários níveis. Nota-se a falta dos professores devidamente qualificados ou de formação para uma melhoria do ensino. A degradação do setor da educação acentuou-se na Guiné-Bissau, particularmente com interrupções governativas que têm sido frequentes (Governos que duram seis meses em média), mudanças de titulares das pastas, mudanças nas estruturas dos ministérios (o ministério de educação não foi poupado). Assistiu-se, com muita tristeza, que nos últimos anos, não se limitam a mudar os titulares da pasta de educação, mas vai-se ao ponto de destruturar completamente a arquitetura institucional a nível dos diretores gerais, diretores de serviço e, inclusivamente, diretores de escolas.

Outro aspeto preponderante tem a ver, naturalmente, com as greves que acontecem praticamente, em cada ano letivo. Sendo mais evidente nos últimos três anos porque tem havido interrupções longas de três a seis meses. Este último ano tem sido horrível para o setor do ensino porque não foi possível ainda iniciar o ano letivo (2020/21). As escolas públicas não estão a funcionar e tudo isso tem também a ver com uma certa falta de visão para o setor.

A visão que existe neste momento, ao nível da governação, é de nomear para um setor tão importante tão decisivo para o futuro do país, é a de enviar para esse setor pessoas que não têm a mínima sensibilidade e a mínima preparação para o dirigir. A verdade é que o setor da educação tem sido o parente pobre da governação dos últimos anos (desde 2000 até a 2021). Os profissionais do ensino, os professores e os funcionários, de uma forma geral os que trabalham ligados ao setor do ensino não têm sido valorizados. Quando se fala em valorização, não se refere apenas a questão salarial que é a questão permanente. Refere-se também questões como: formações permanentes, de formações em serviço, etc.. As formações são extremamente importantes e são elementos que incentivam e envolvem as pessoas numa melhoria constante e necessária para o setor.

Para além dessas formações, o interessante é que as formações tenham uma correspondência numa promoção na carreira docente e do funcionário público que trabalha no setor da educação e, que também não se verifica.

Há uma espécie de impedimento que dificulta a evolução da carreira que tem sido um dos pontos de reivindicação das diferentes centrais sindicais ligadas ao setor da educação. Tudo isto, são fatores de desmotivação para o progresso do setor. O que naturalmente repercute-se na qualidade da oferta do ensino que a Guiné-Bissau tem neste momento.

Contudo, é importante abordar aqui um aspeto imprescindível que é a sociedade. A sociedade, também, por força exatamente dessas ruturas institucionais e desta degradação do ensino público, não se tem mobilizado suficientemente em volta de uma agenda para uma educação nacional. É muito importante o trabalho que uma sociedade organizada, coesa e consciente das suas responsabilidades tem como grupo de pressão sobre os governos. O que infelizmente não se tem verificado na Guiné-Bissau.

Portanto, as responsabilidades podem ser repartidas pelos diferentes atores. Por norma concentram-se muito nos governantes, retirando-se um quinhão da parte da responsabilidade de cada cidadão. No entanto, o “Estado somos todos nós”. Para que o Estado funcione, é necessário que haja uma sociedade civil eficaz, organizada, estruturada com uma agenda própria.

No que respeita às infraestruturas, foi consensual para todos os entrevistados que maior parte delas está sem condições básicas.

Contudo, houve inquiridos que argumentam que nos concentramos muito na questão das infraestruturas. É importante que tenhamos infraestruturas condignas e que favoreçam o processo de aprendizagem. Porém, quando há qualidade na transmissão de conhecimentos, mesmo debaixo do mangueiro, consegue-se aprender.

Todavia, é crucial que o agente (professor) transmissor do conhecimento tenha capacidade e informação/conhecimento suficiente, caso contrário, nada funciona. Então, a questão das escolas de formação, a questão da formação em serviço, que periodicamente deve ser promovida, para que os professores tenham capacidade de fazer a sua reciclagem, se atualizem com novos instrumentos pedagógicos, com novos conhecimentos, por forma a terem capacidade de trocar experiências sobre a abordagem e a forma como transmitem os conhecimentos. Isto deixou de existir na escola pública da Guiné-Bissau.

Outro aspeto importante que é referenciado pelos entrevistados, está relacionado com o agente transmissor de conhecimento (professor). Hoje qualquer pessoa que diga à família que quer ser professor, a família responder-lhe-á se quer ir passar fome ou se quer ser relegado para o mais baixo nível da escala social. Este julgamento na sociedade guineense acaba por ter repercussão nas escolhas individuais. A função de professor não é valorizada, o que prejudica muito o ensino.

Excluindo o aspeto do agente principal, ainda existem outras questões, que não são menos importantes, como por exemplo a reforma curricular. De momento existe um currículo que, de uma forma geral, está obsoleto, desenquadrado da evolução do mundo e da evolução da Guiné-Bissau.

Por exemplo, o português continua a ser ensinado como língua materna, o que não se justifica. Se *“é falado com dificuldades por 5% a 7% da população, já estamos com muita sorte”*.

Portanto, são questões que devem ser revistas como trabalhar na estruturação do crioulo que nós temos a chance de ser a nossa língua de ligação, a língua que todos os grupos étnicos dominam. No que noutros países constitui uma riqueza muito grande, na Guiné-Bissau não está a ser aproveitado. Este é um aspeto muito importante porque vai influir logo nos primeiros anos de escolaridade da criança, quando ela não consegue absorver os conceitos porque estão a ser explicados numa língua que ela não conhece, não entende, com a qual não tem nenhuma familiaridade. Esta circunstância acaba por ser uma limitação da sua capacidade de absorção e de entendimento. Este é um ponto importante e que deveria ser considerado numa revisão/reforma curricular.

Ao longo dos anos a sociedade guineense tem evoluído pela negativa. Infelizmente, existem temáticas, que anteriormente, e provavelmente, não constituíam preocupação, como a unidade nacional, como a questão étnica, a questão religiosa. Assim, impõe-se, cada vez mais, que estas temáticas façam parte dos currículos educacionais e que o sejam ensinadas desde *“tenra idade”*.

Estes são os principais pontos que foram degradando, por negligência, por laxismo, por falta de interesse, por não serem, absolutamente, prioridades dos governantes durante estes anos todos, a educação e empregabilidade dos jovens da Guiné-Bissau.

É do conhecimento de todos que a Guiné-Bissau, apesar de todas as vicissitudes, tem algumas empresas privadas que têm aberto os seus serviços na Guiné-Bissau, por exemplo, as telecomunicações e a banca. Tem-se verificado que, cada vez com mais dificuldades, os jovens guineenses conseguem emprego nessas empresas/sociedades. Este facto relaciona-se com seu fraco nível de formação. Essas empresas preferem ir buscar jovens profissionais ao Senegal e outros países vizinhos do que contratar guineenses.

A Guiné-Bissau já se encontra atrasada em relação à educação, mas daqui a alguns anos vai-se tornar cada vez mais evidente. Um dos entrevistados refere que *“Estamos a comprometer o nosso futuro enquanto país, mas principalmente o futuro da nova geração”*.

No que diz respeito à atuação das ONG e das organizações da sociedade civil no setor da educação, de uma forma geral, os entrevistados consideram que têm sido os substitutos do Estado, naquela grande lacuna deixada pelas instituições públicas. Naturalmente, não conseguem atuar isoladamente, pois muitas das vezes nem é a sua vocação. No entanto, podem atuar em complementaridade, articulação e em sinergia, mas não lhe pode ser delegada a tarefa, a responsabilidade de assumir plenamente a educação, pois é uma *“obrigação soberana”*.

A educação para todos vem consagrada na Constituição da República da Guiné-Bissau e é obrigação primeira de qualquer governo. Qualquer governante deverá assegurar que os cidadãos guineenses têm pleno acesso a esse direito. Quando não o asseguram, não se pode exigir que sejam as organizações da sociedade civil, por mais que tenham boa vontade, a fazê-lo. Alguns

entrevistados realçam que, na verdade, têm sido as ONG a tentar buscar soluções para suprir essa lacuna.

Porem, as organizações da sociedade civil e as ONG também têm muitas dificuldades porque tem havido uma retração na ajuda para o desenvolvimento que é concedida pelos países da Europa e Estados Unidos, que tinham as ONG como umas grandes aliadas para apoiar o desenvolvimento nos países. Os orçamentos desses Estados foram cortados, principalmente no que diz respeito aos países em vias de desenvolvimento. As ONG da Guiné-Bissau e por toda a África ressentiram-se bastante desses cortes orçamentais.

Por outro lado, também houve uma mudança muito grande na política de ajuda pública. Neste momento *“está muito ligado aos negócios. Maior parte dos países estão a tentar ligar e articular o mercado a esta parte do apoio, que deveria ser um apoio à população, um apoio sem contrapartidas. Mas a maior parte dos países, a nível bilateral, estão a ligar e articular muito com a possibilidade de fazer negócios, compra de matéria-prima ou prioridade nos investimentos a nível dos países.”*. Tudo isto condiciona, naturalmente, a capacidade das ONG intervirem junto das populações e de levarem auxílio que antes prestavam, de forma muito mais consistente e sustentada.

Nos dias de hoje, o grande desafio das ONG é procurarem fontes de financiamentos para garantir que não há roturas, o que contribuirá para a manter a capacidade e sustentabilidade das ações, em proveito das populações mais necessitadas.

No que diz respeito às principais ações que deveriam ser implementadas pelas ONG no setor da educação, os entrevistados consideram que este setor não tem um retorno imediato e é por isso que é deixado um pouco ao *“sabor da maré”*. Referem que o retorno só se verifica 10 a 15 anos depois. Contudo, uma grande parte das ONG estão conscientes dessas dificuldades e estão a articular-se com as comunidades, construindo infraestruturas escolares e garantindo o pagamento aos professores. As escolas em autogestão são exemplos destas ações na Guiné-Bissau, e apareceram em resultado da incapacidade do Estado guineense de suprir aquilo que é sua obrigação primeira.

Os entrevistados, consideram, genericamente, que o trabalho desenvolvido por essas ONG é muito meritório, mas se não tiver um respaldo a nível das instituições públicas responsáveis, será muito complicado implementarem o que quer que seja. O Estado não está a acompanhar o esforço das ONG, pelo que muitas ações terminam sem terem cumprido os seus objetivos.

Neste contexto, os entrevistados realçam que as ONG que atuam no setor da educação deveriam formular uma *“verdadeira agenda”* para este setor. Ou seja, fazer um programa de governação para a educação, abrangente, inclusivo e inovador. Posteriormente deveriam fazer a pressão necessária, junto dos órgãos de soberania, particularmente, a Assembleia Nacional Popular, para que haja, não só a aprovação, mas uma verdadeira fiscalização da implementação dessa agenda. Os entrevistados referem que este aspeto é extremamente importante, devendo as ONG aliar-se ao parlamento, considerando que os deputados devem representar os interesses do povo. Estes sim,

deveriam ser os alvos principais das ONG e de toda a sociedade, pois têm a obrigação primeira de assegurar que o programa de governação que foi aprovado por eles seja cumprido na íntegra.

2.7.3.2 ONG e o Setor da Saúde

No que concerne ao setor da saúde, o panorama é tão caótico como no setor da educação. Com a agravante que a nível da saúde tem repercussões maiores porque se reflete na esperança média de vida da população guineense.

Os entrevistados referem que têm sido feito muitos esforços, principalmente por parte de algumas organizações multilaterais, como por exemplo, o Banco Mundial e o Banco Africano para o Desenvolvimento, que financiaram vários projetos para o setor da saúde. Todos eles terminam sem que haja qualquer melhoria substancial no setor. Um dos entrevistados refere que *“Há melhorias nas condições de vida dos ministros de tutela, dos coordenadores dos projetos, dos diretores gerais, mas a nível das estruturas sanitárias é a mesma degradação.”*

Um outro acrescenta que *“É vergonhoso assistir, cada vez que há uma apresentação do relatório sobre o índice de desenvolvimento humano na Guiné-Bissau, ao que se passa em relação à mortalidade materno-infantil, à questão das vacinações e aos cuidados de saúde em geral.”*. Esta situação tem vindo a acentuar-se. *“A educação e a saúde continuam a ser os setores que menos interessam aos governos, pois não trazem ganhos económicos imediatos.”*

Os números de mortos por dia não são conhecidos na Guiné-Bissau, pois não existe uma centralização dos dados. Suspeita-se que sejam muitas, nas tabancas mais recuadas, pois as pessoas nascem e morrem, são enterradas e ninguém sabe. Um dos entrevistados acrescenta que *“O Estado não tem conhecimento das mortes, o que é lamentável.”*

Doenças que estavam a ponto de serem erradicadas, como por exemplo, a poliomielite, a tuberculose e a lepra, tiveram todas uma espécie de reacender porque os ciclos de vacinação que deveriam ser cumpridos e que garantiriam a imunidade dos grupos mais afetados, não são cumpridos. Chega o momento da vacinação e verificam-se ruturas de stock. Refere um dos entrevistados que *“O Estado não tem recursos para comprar as vacinas, ou quando são oferecidas ficam a apodrecer num depósito qualquer nas alfândegas de Bissau, enfim é exatamente aí que se vê a desagregação e destruturação do Estado da Guiné-Bissau.”*

É importante referir aqui a situação das sucessivas greves dos estudantes de enfermagem que estão nos seus últimos anos e daí a alguns meses estarão formados e integrados no mercado de trabalho sem os necessários conhecimentos.

Os entrevistados realçam o papel das ONG na área da saúde, enfatizando, no entanto, que é manifestamente insuficiente, devendo o Estado assumir o papel que lhe cabe, o de assegurar os serviços de saúde para a população.

Um deles conclui que *“A educação e saúde são os dois setores emblemáticos e é onde se vê a falta de operacionalidade e de eficácia dos serviços públicos, que não providenciam o essencial em relação à assistência médica e medicamentosa à população.”*

2.7.3.3 ONG e o Setor da Agricultura

Em relação ao setor agrícola, os entrevistados manifestaram também os seus desagrados, evidenciando que se tem verificada uma degradação constante. Realçam que a falta de políticas públicas estruturantes para o setor agudiza ainda mais o problema.

Segundo um dos entrevistados, a evolução do setor da agricultura poderia ajudar o país da situação em que se encontra. No entanto, realça que a população que se dedica a este setor está cada vez mais envelhecida, facto que não contribui para uma evolução, com introdução de alguma tecnologia no setor. Por outro lado, refere que o setor não é atrativo para os jovens, quer do ponto de vista profissional, quer financeiro.

Outro entrevistado refere que *“O setor em termos de equipamentos e de insumos ainda está na idade da pedra. As pessoas lavram a terra seguindo métodos arcaicos, com arado. Nem sequer tração animal utilizam e quando existe é muito pouco utilizada.”*. No que diz respeito aos materiais e equipamentos mais modernos, verifica-se que não são em quantidade suficiente. Um dos entrevistados refere que *“Uma boa gestão desses equipamentos serviria para colmatar muitas brechas.”*

“A verdade é que os equipamentos que são doados por países amigos e organizações, através de projetos, acabam na quinta de algum senhor importante ou vendidos, a troco de nada, pelos próprios profissionais técnicos e funcionários do Ministério da Agricultura.” refere um dos entrevistados. Acrescenta que *“Vendem tratores, peças separadas, isto é, tudo o que lhes permite gerar algum rendimento que permita a sobrevivência das suas famílias.”*

Este é o quadro em geral. Antigamente, aquilo que se fazia era o extensionismo rural, que consistia em formar os facilitadores que iriam acompanhar as comunidades agrícolas, o pequeno agricultor, dar-lhes sementes de qualidade, os insumos necessários e ensiná-los as técnicas mais modernas de lavoura para combater às pragas que ciclicamente aparecem (gafanhotos e outros tipos de pragas). Há muito tempo que a Guiné-Bissau não tem capacidade de formar esses técnicos que viviam nas comunidades e que poderiam ter um papel extremamente importante junto das mesmas.

Um outro aspeto realçado pelos entrevistados, relaciona-se com a falta de investimento, que é geral. Não se investe rigorosamente nada, nem formação, nem em insumos agrícolas, nem nas sementes de qualidade. A Guiné-Bissau é um país que tradicionalmente produtor de arroz, mas o *know-how*, fundamentalmente da etnia Balanta, tem sido pouco aproveitado para melhorar a produção. Referem os especialistas que só o povo vietnamita, que também têm práticas de cultivo de arroz muito boas, se consegue igualar aos Balantas.

Contudo, um outro entrevistado refere que essas características de pouco ou nada têm servido, pois, a população não têm capacidade de produzir em grande escala, só produzem aquilo que precisam para alimentação na tabanca. Outro aspeto relaciona-se com o facto de não se conseguir produzir

com qualidade, devido à falta de acesso a sementes de qualidade. Em vez das sementes tradicionais e já validadas, utilizam sementes vindas da Ásia que têm uma maior capacidade de aumentar a produção, mas, por outro lado, não têm muita qualidade.

O Instituto Nacional de Pesquisa Agrária, que deveria ser a estrutura do Ministério da Agricultura responsável pela condução da política de sementes, produção de sementes, multiplicação dessas sementes e formação, não assume o seu papel. O mesmo acontece em relação a outras culturas, como o sorgo, o milho e o caju.

Os entrevistados realçam que a falta de técnicos qualificados contribui para o cenário descrito. Assim, tem-se verificado o abandono do setor da agricultura, quer por falta de investimentos, quer por falta de atração do setor. A população está mais interessada em dedicar-se às atividades que lhes dão um retorno imediato. O caju é daquelas culturas de renda que não exigem muito trabalho e que rapidamente dão retorno às populações. Naturalmente, nos dias de hoje, os campos da Guiné-Bissau estão a deixar de reproduzir quase tudo para se concentrarem apenas no caju. A Guiné-Bissau nesse momento importa quase tudo daquilo que se alimenta. A horticultura é quase inexistente, a fruticultura está quase a chegar ao ponto de importar laranjas, mandarinas, tudo do Senegal. Um dos entrevistados realça que *“A única cultura que estão a conseguir manter é da batata-doce e mesmo assim, como não há circuitos de distribuição por todo o país, concentra-se em algumas regiões muito específicas.”*

Em relação as ONG, os entrevistados realçam a ineficácia de algumas ações levadas a cabo pelas mesmas. Alguns relatam que as ONG que atuam neste setor não geram mudanças significativas porque muitas das vezes seus planos de intervenção não se enquadram nas corretas zonas de atuação e acabam por não causar impacto.

2.7.3.4 ONG e o Setor de Desporto

No que diz respeito ao último setor em análise, foi unânime para todos os entrevistados que o setor do desporto não tem tido o relevo que deveria ter. A Guiné-Bissau possui uma população essencialmente jovem que para além da sua evolução académica, também lhe quer juntar a isso a prática desportiva, pois têm energia e vontade. Segundos alguns entrevistados, infelizmente, na capital, Bissau, não há praticamente campos de jogos. A maior parte dos terrenos que os jovens utilizam como campos são vendidos e dois dias depois vê-se uma obra a começar. Não há nenhum investimento em infraestruturas polidesportivas que possam possibilitar aos jovens desenvolverem as suas competências e talentos desportivos.

No entanto, há algumas ações de boas vontades que se juntam, por exemplo, em torno da seleção nacional de futebol “Djurtus” porque é a que traz um pouco de alegria a população. Contudo, estes jogadores são formados maioritariamente por equipas europeias, onde jogam. Na Guiné-Bissau existem muitos talentos que devidamente enquadrados/formados e incentivados poderiam contribuir para um campeonato nacional de futebol com mais qualidade.

O panorama do futebol, pode ser alargado a outras mobilidades interessantes, que poderiam ser desenvolvidas, por exemplo, atletismo, “luta”, andebol e o basquetebol. De realçar que nos anos 80 existiram boas equipas de basquetebol (ganhavam medalhas de ouro, prata e bronze sempre que

iam jogar no Mali e Senegal). Porém, houve um retrocesso muito grande no desporto, assim como na cultura.

Para os entrevistados *“É lamentável que os atuais atores políticos estejam mais ocupados e preocupados com o número de pastas que deve caber a cada um, sem se preocuparem, efetivamente, com aquilo que se traduziria em mais-valia.”* Não existe uma visão de conjunto, *“Agora os nossos governos pertencem uma manta de retalhos em que cada um tem a sua zona libertada, cada um faz o que quer dela.”*. Naturalmente, este aspeto faz com que não exista uma coesão e unidade/unicidade de visão, necessária para implementar políticas relevantes.

As políticas públicas de âmbito desportivo, cultural, no setor da saúde, educação necessitam ser articuladas e da concordância dos seus membros, por forma a que haja realmente uma vontade que é demonstrada através da implicação dos outros setores.

Também em relação a este setor, os entrevistados enfatizam a falta de ação, quer do Governos, quer das ONG.

Em resumo, os entrevistados referem que é necessário que todos compreendam que estão a contribuir para o mesmo objetivo, o mesmo fim. Tem que existir uma estratégia de longo prazo para o país, devendo ser definidos objetivos anuais, traduzidos, posteriormente, no Orçamento do Estado. A falta desta visão traduz-se num grande problema da governação da Guiné-Bissau, devendo merecer a atenção de todos.

3. Fundação Braima Dabó (FBD) - Estudo de Caso

3.1 Missão e objetivos

A FBD é uma fundação desportiva, recentemente criada, que tem por objetivo melhorar as condições para a prática e o desenvolvimento do Atletismo na região de Tombali, Guiné-Bissau. Esta região situa-se a sul do país, cuja o capital fica a quase 300 km do setor autónomo, Bissau, onde se encontra uma única pista de tartan.

Esta fundação também pretende contribuir, de forma significativa, para a redução gradual da pobreza e da exclusão social, através de atividades de promoção local e da cooperação com parceiros nacionais e internacionais.

A FBD é considerada uma organização socialmente responsável, cujo sócios e embaixadores/as deverão comungar da ideia da valorização dos valores humanos incontestáveis.

3.2 Público-alvo

O público-alvo FBD é o seguinte:

- a) Crianças e jovens com idades compreendidas entre os 8 e os 25 anos;
- b) Pais e encarregados de educação, pois poderão ter um papel fundamental nas vidas dos seus filhos;
- c) Por fim, não menos importante, são as Escolas e Associações Comunitárias localizadas nos Setores da região de Tombali. Estas serão um meio para chegar aos públicos-alvo contantes em a) e b).

Espera-se, no período inicial, atingir mais de 50 beneficiários diretos e indiretos (composto por ambos os géneros) em cada comunidade escolar. Nos anos seguintes, a tendência é continuar a crescer. São entendidos como beneficiários diretos, os atores locais, com quem efetuamos parcerias para desenvolver as respetivas ações. Em relação aos beneficiários secundários, espera-se atingir 3000 habitantes das comunidades beneficiárias, sendo que na região tem mais de 91.089 habitantes.

No que diz respeito aos responsáveis administrativos regionais e setoriais, serão informados previamente, sempre que haja quaisquer atividades a ser desenvolvidas pela FBD. Serão sempre convidados a participar nas ações a serem desenvolvidas. Beneficiam das sinergias e dos laços de amizade que vão sendo estabelecidos/fortalecidos dentro das comunidades, à medida que o seu grau do progresso se vai registando nas comunidades.

3.3 Técnicas de marketing

Segundo Pires (2008, p.8), marketing “(...) consiste na gestão da relação que qualquer organização tem com o mercado onde atua, no sentido de atingir os objetivos que persegue e satisfazer as necessidades do mercado.”

A fundação FBD adotará uma política de marketing social, direcionada para a indústria desportiva, mesmo que esta seja uma área pouca explorada, quando comparada com a área empresarial, pelo facto do seu principal objetivo ser a maximização do lucro. A política a adotar, possibilitará que haja uma melhoria nos níveis de satisfação dos utilizadores, dos seus bens e/ou serviços, contribuindo igualmente para a captação de recursos.

Importa referir que as OSFL, normalmente “(...) não efetuam campanhas publicitárias por uma questão de princípio, uma vez que o principal interesse não é a promoção da entidade, mas sim a retribuição à sociedade, num espírito de interesse público.” (Correia, 2010, p.50).

3.4 Orçamentos

Aquando da elaboração dos orçamentos é importante considerar alguns dados históricos da organização. E no caso de ser uma organização nova a entrar no mercado será necessário a realização de um estudo prévio por forma a prever os passos futuros da organização.

Assim, o orçamento anual é entendido como um conjunto de programas ou planos e orçamentos elaborados para enquadrar as atividades de uma organização em determinado ano. Deverá ser seccionado por períodos de modo que se possa acompanhar a sua execução (Caiado, 2015).

Posto isto, torna-se imprescindível que qualquer organização tenha em consideração a seguintes aspetos:

- A estratégia a dotar
- Plano de atividade e orçamentos;
- Recursos (materiais, humano e financeiro) de que dispõem.

Em síntese, um orçamento bem elaborado fornece aos gestores informações detalhadas sobre a evolução dos gastos, dos rendimentos e das outras rubricas importantes para a tomada de decisões, cruciais no que diz respeito ao futuro da organização.

3.5 Organização e funcionamento

No que diz respeito à Estrutura Organizativa, a FBD a Estrutura Informal ou Simples, por ser esta que melhor se adequa à sua realidade atual. Uma vez que a FBD tem um número muito reduzido de colaboradores, não há uma afetação clara de responsabilidades e a relação de trabalho é estabelecida informalmente entre o líder e os restantes colaboradores. Resumindo, a gestão é muito centralizada.

Todavia, é exetável que haja uma mudança da estrutura organizativa com a evolução da fundação, para que esta se possa adaptar ao mercado no qual está inserida.

Em relação ao funcionamento, a Fundação tem os seguintes órgãos: Assembleia Geral; Direção; e Conselho Fiscal. São eleitos em reunião extraordinária da Assembleia Geral, sendo os mandatos de quatro anos, renovável, no máximo, por três vezes nas mesmas funções.

3.6 Modelo de financiamento

Antes de antes de abordarmos qualquer forma de financiamento da fundação em causa, importa referir que as formas de financiamentos das organizações sem fins lucrativos são diferentes do setor empresarial, que podem financiar-se através de duas formas, capital próprio e empréstimos bancários.

As OSFL podem contrair financiamentos “(...) *por capital próprio, doações de mecenas e de particulares e fundos comunitários, e por dívida, junto das instituições bancárias*” (Lucas, 2015, p.32). De notar que essas organizações também podem autofinanciar-se através de prestação de serviço e vendas de produtos.

Tendo por base as premissas anteriores, e dadas as circunstâncias, a FBD não dispõe de um património inicial significativo. Contudo, pretende gerar receitas próprias a partir de prestação de serviços (cronometragens de corridas, apoio aos eventos e entre outros), vendas de produtos desportivos e algumas lembranças com a marca da fundação, possibilitando assim a prossecução das atividades principais da FBD. Terá como objetivo não depender das doações dos terceiros.

3.7 Prestação de contas

A prestação de contas das organizações que atuam no terceiro setor tem merecido atenção de vários investigadores a nível mundial, dada a importância dos trabalhos e fundos que têm administrado, com maior relevo nos países em vias de desenvolvimento. Assim, torna-se fulcral que sejam transparentes nas suas ações, o que não se verifica em algumas comunidades com condições de vidas precárias.

A FBD garantirá o cumprimento da legislação em vigor, permitindo que todo indivíduo, sócio ou/não, possa exercer o seu direito de obter dos administradores as informações de que necessite sobre as ações da Fundação.

As contas são prestadas no final de cada exercício económico. Sendo uma instituição nova, espera tirar partido deste ato a credibilidade e confiança junto das comunidades por forma a poderem trabalhar em prol do desporto guineense em perfeita sincronia.

3.8 Parcerias

A FBO aposta fortemente no desenvolvimento de uma rede de parcerias, com o intuito de aproveitamento integral dos recursos e de criação de sinergias para vários projetos ou ações. É com muito afinco que a fundação trabalhará com as entidades parceiras para existência de uma relação de equidade, e compromisso na consecução dos objetivos estabelecidos no ato da parceria.

Contudo, a Fundação considera que na base de uma boa parceria, tem de haver os valores de responsabilidade mútua, transparência, compromisso, abertura e confiança.

É importante referir que as parcerias são efetuadas, tendo em consideração algo que uma determinada instituição possa acrescentar, caso a caso para o desenvolvimento da atividade. Neste sentido, as instituições parceiras são criteriosamente escolhidas, quer pelo conhecimento/experiência que detêm na área específica, quer pelo carácter inovador da sua atuação. Os parceiros são envolvidos de forma ativa no planeamento, implementação e avaliação das atividades, agindo numa perspetiva de melhoria contínua.

Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação

A presente investigação pretendia averiguar a perceção sobre a importância das ONG no desenvolvimento da Guiné-Bissau, tendo por base os objetivos específicos definidos, que foram: Identificar as principais ONG que se destacam em cada setor de atividade; Identificar as contribuições das ONG em diversos setores de atividades; Identificar o nível de satisfação dos guineenses em relação aos trabalhos humanitários desenvolvidos pelas ONG, nas áreas da educação, saúde, agricultura e desporto; Verificar se as atuações das ONG na Guiné-Bissau correspondem às necessidades e desafios nas comunidades/e expectativas dos inquiridos.

Tendo presente o enquadramento teórico, bem como a análise dos dados, resultantes do questionário, realça-se que a investigação recaiu sobre 200 inquiridos, dos quais 162 foram submetidos ao inquérito por questionário. 72,8% (118) do sexo masculino e 27,2% (44) do sexo feminino. Ainda se constatou que a faixa etária dominante se situou no intervalo compreendido entre 24-29 anos. Maioritariamente, os respondentes possuem ensino superior.

No que se refere ao segundo grupo dos inquiridos (entrevistas), realça-se que foram fundamentalmente entidades administrativas ao nível local e nacional, alguns professores e estudantes de ensino secundário e superior.

A análise dos dados resultantes da aplicação do questionário e das entrevistas, permite-nos retirar várias conclusões, com o intuito da consecução dos objetivos inicialmente definidos.

De realçar, antes de mais, que existe uma elevada insatisfação, quase generalizada, em relação ao desenvolvimento que se tem feito sentir nos setores da saúde, educação, agricultura e desporto da Guiné-Bissau. Existe a perceção de que as populações não têm beneficiado das políticas públicas que têm vindo a ser definidas pelo Estado, o que se tem traduzido efetiva no desenvolvimento do país.

Neste contexto, tendo por base a análise descritiva, pode concluir-se:

- São várias as ONG que, por vezes, se substituem ao Estado, no que concerne ao desenvolvimento de ações nas áreas da saúde, educação, agricultura e desporto. São elencadas várias, destacando-se: UNICEF, PNUD, Rota dos Povos, Cruz Vermelha, FEC, ADPP, TINIGUENA, Médicos sem Fronteiras, GUIARROZ, PASA, NIMBA.
- No âmbito da sua ação, as ONG têm desenvolvido várias atividades, contribuindo para a satisfação de algumas necessidades básicas, no âmbito dos setores em estudo. Realça-se, na área da educação, que as atividades de formação de professores, criação de bibliotecas escolares, de entre outras, têm sido preponderantes, para evitar a degradação do setor.
- No que concerne às atividades levadas a cabo pelas ONG, na área da saúde, pode destacar-se as ações de sensibilização em temáticas como: Direitos Humanos na gravidez, parto e pós-parto, Pediatria. Existe a perceção de que estas simples ações poderão contribuir, de forma proativa, para amenizar problemas de saúde no futuro.
- Na área da agricultura, existe a perceção de que as ONG têm contribuído, de forma ativa, para a reabilitação de bolanhas, bem como para aumentar o número de alfaías e máquinas agrícolas, fundamentais para a manutenção de atividades agrícolas, mesmo que rudimentares.
- Em relação ao desporto, existe a perceção de que não existem ONG a atuar neste setor, considerando-se, no entanto, que poderão ter um papel preponderante no desenvolvimento do desporto de várias modalidades. Acrescenta-se que a intervenção das ONG nesta área poderá contribuir para: promover estilos de vida saudáveis; promover o bem-estar psicológico, reduzir o stress, ansiedade e depressão; reduzir o risco de várias doenças; promover a igualdade, o respeito e a amizade, bem como a integração social.
- Genericamente, percebe-se que a atuação das ONG tem ido ao encontro às necessidades da população, contribuindo para a melhoria da sua situação socio-económica. Constata-se, no entanto, a necessidade do reforço das ações, bem como um maior controlo das mesmas, por forma a que possa ser evitada alguma corrupção.

A análise descritiva, efetuada com base na recolha de informação por entrevista, validou os resultados da análise estatística, sendo de realçar que os entrevistados enfatizam muito a falta de ação do Estado. Este facto releva, ainda mais, a ação das ONG, que, em algumas circunstâncias se substituem ao Estado. Realça-se que as ONG deverão distanciar-se da vida política, por forma a que não sejam um meio para obtenção dos votos aquando das eleições.

Em suma, as ONG têm sido a âncora para muitas famílias e para o desenvolvimento/manutenção da situação socio-económica na Guiné-Bissau.

Esta investigação apresenta várias limitações, destacando-se o número de participantes no questionário, bem como a falta de uma análise mais robusta, tendo por base a estatística inferencial.

Como futuras linhas de investigação, destaca-se a possibilidade de aumentar a amostra, bem como a elaboração do tratamento estatístico, recorrendo à análise inferencial. Será também crucial estudar o impacto das ONG na economia e sociedade, não tendo por base a perceção da população, mas sim a quantificação do mesmo, quer ao nível monetário, quer social.

Referências Bibliográficas

- Abreu, M. (2012). *Drivers of donation practices: altruism and religiosity revisited*. ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Portugal).
- Afonso, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação: Guia prático e crítico*. ASA Editores.
- Amado, M. (2007). *Qualificar o Terceiro Setor: Uma perspetiva de formação*. *Veze e Voz - Inovação e Qualidade no Terceiro Setor*, nº 1, Série II, Ano XV, Dezembro, pp. 51-56.
- Barros, M. (2014). *A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: dinâmicas, desafios e perspetivas*. U.E.-PAANE.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.
- Cá, C., Lima, A., & Sousa, A. (2019). O controle externo e o combate à corrupção na Gestão Pública de Guiné-Bissau. *Revista Controle: Doutrinas e artigos*, 17(1), 143-169.
- Campos, M. (2013). *O Terceiro Sector em Portugal: A importância dos planos de comunicação estratégica nas Instituições Particulares de Solidariedade Social da Região Norte – O caso da Misericórdia de Santo Tirso*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade da Beira Interior.
- Caiado, A. (2015). *Contabilidade Analítica e de Gestão* (8ª ed.). Áreas Editores, SA.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da investigação: guia para a autoaprendizagem*. Universidade Aberta.
- Castro Lima, M. & Insali, V. (2019). História da codificação do Direito Civil em Guiné-Bissau. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA*, 29(01), p.153.
- Cordeiro, A. (2019). *O impacto das IPSS no desenvolvimento regional português*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Católica. https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/28774/1/TFM_AnaRaquelCordeiro_CPBS.pdf
- Correia, M. (2010). *Fundações*. [Dissertação de Mestrado]. Repositório institucional do Instituto Politécnico de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.21/78>
- David, S. (2015). *Plataforma online colaborativa para troca de benefícios entre organizações de solidariedade social*. [Dissertação de Mestrado]. Instituto Politécnico de Coimbra.
- Fortain, M. F. (1999). *O Processo de Investigação: Da Concepção à Realização*. Lusociência.
- Franco, R., Sokolowski, S., Hairel, E., & Salamon, L. (2005). *O sector não lucrativo português numa perspectiva comparada*. Uniarte Gráfica.
- Froelich, K. (1999). Diversification of revenue strategies: Evolving resource dependence in nonprofit organizations. *Nonprofit and voluntary sector quarterly*, 28(3), 246-268.

- Henriques, A., Barreto, N., & Proença, F. (2017). Renovar o Compromisso com a Guiné-Bissau – Comissão Técnica da 3ª Conferência das ONG na Guiné-Bissau. *Revista Mundo Crítico*. <https://mundocritico.org/revista/renovar-o-compromisso-com-a-guine-bissau/>
- Hodge, M., & Piccolo, R. (2011). Nonprofit board effectiveness, private philanthropy, and financial vulnerability. *Public Administration Quarterly*, 520-550.
- Ibrahim, H. (2017). NGOs and development work in developing countries: a critical. *American Journal of Innovative Research and Applied Sciences*. 5 (1), 1-94.
- Ebaugh, H., Chafetz, J., & Pipes, P. (2005). Funding good works: Funding sources of faith-based social service coalitions. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 34(4), 448-472.
- Lima, M., & Insali, V. (2019). História da codificação do direito civil em Guiné-Bissau. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito*, 29(1).
- Lima, S. (2002). ONG-Uma investigação sobre a sua natureza. [Tese de Doutoramento]. Faculdade de Educação da Universidade de Estadual de Campinas.
- Lucas, F. (2014). *Formas de financiamento de organizações sem fins lucrativos: o caso da Fundação de Serralves: o afirmar de novas formas de financiamento*. [Dissertação de Doutoramento]. Universidade Católica Portuguesa.
- Maia, L. (2018). *Impacto económico e social das IPSS*. <https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/colunistas/economia-social/detalhe/impacto-economico-e-social-das-ipss>
- Mendes, A. (2018). *Importância Económica e Social das IPSS em Portugal*. Comissão Nacional das Instituições de Solidariedade Social.
- Monteiro, C., Pereira, D., Pires H., & Santo, J. E. (2019). *Constituição da República da Guiné-Bissau. Centro de Estudos e de Apoio às Reformas Legislativas*. Faculdade de Direito de Bissau.
- Nações Unidas, (2022). *Pobreza*. <https://unric.org/pt/eliminar-a-pobreza/2>
- Nunes, M., Aleixo, C., Sousa, A., Caldas-Pinto, J., Costa, F., Cabral, A., & Balde, S. (2015). Contributo das Ciências Geoespaciais no Estudo de Fronteira da Guiné-Bissau. In *VII CNCG Conferência Nacional de Cartografia e Geodesia: Informação Geoespacial para as Gerações Futuras—Oportunidades e Desafias* (Vol. 8).
- Pires, A. (2008). *Marketing: Conceitos, Técnicas e Problemas de Gestão*. Verbo Editora.
- Quintão, C. (2004). *Terceiro Setor: Elementos para referenciação teórica e conceptual. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação; Atelier: Mercados, Emprego e Trabalho. V Congresso Português de Sociologia*. Universidade do Minho. <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/54377>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.

- Ribeiro, M., & Marques, S. (2002). *Uma leitura das ONGD portuguesas no início do século XXI: trajetórias e dinâmicas*. Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa. Lusotopie. <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/ribeiro-marques.pdf>
- Roy, I., Raquib, T., & Sarker, A. (2017). Contribution of NGOs for Socio-Economic Development in Bangladesh. *Science Journal of Business and Management*, 5 (1), 1-8.
- Salamon, L., & Anheirer, H. (1996). *The International Classification Of Nonprofit Organizations: Icnpo*. Revision 1.
- Sangreman, C., Sousa Jr., Zeverino, G., & Barros, M. (2006). *A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil*. <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/RePEc/cav/cavwpp/wp70.pdf>
- Silva, C., & Diasso, M. (2021). *Quadro legal relativo à intervenção das OSC na Guiné-Bissau: desafios, perspetivas e recomendações para melhoria*. <https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2021/09/estudo-quadro-legal-osc-guine-bissau-ianda-djuntu.pdf>
- Streeten, P. (1997). Nongovernmental Organizations and Development. *The Annals of the American Academy of Political and Social Scienc*, 554, 193-210, <https://www.jstor.org/stable/1049574?seq=1>

Anexos

Anexo A Formulário de consentimento informado



ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR) – INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Formulário de consentimento informado

Investigação

Proponente: Braima Sunçar Dabó;

Orientadores: Nuno Adriano Baptista Ribeiro

O Presente trabalho de investigação, intitulado “Importância das Organizações Não Governamentais (ONG) no Desenvolvimento da Guiné-Bissau” enquadra-se no âmbito da dissertação de Mestrado em Gestão das Organizações APNOR, ministrado na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança do Instituto Politécnico de Bragança (Ano letivo 2020/2021).

O principal objetivo do estudo é o de perceber a importância e contributo das ONG para o desenvolvimento socioeconómico da Guiné-Bissau. Para isso, contaremos com a participação dos Secretários-Gerais de Agricultura, Educação, Desporto e Saúde; os Governadores e Administradores Regionais; Diretores Regionais de Agricultura, Educação, Desporto e Saúde; as Federações Desportivas Nacionais; ONG; os Estudantes e por fim, os Voluntários.

O estudo em causa, não lhe trará nenhuma despesa ou risco. As informações recolhidas serão efetuadas através de um questionário/entrevista ou “focus group” que deverão ser gravados para permitir uma melhor compreensão dos factos. Todas as informações recolhidas serão anónimas.

Porém, sua participação no estudo é voluntária e pode retirar-se livre à vontade a qualquer momento, ou recusar participar, sem que tal facto tenha alguma repercussão para si.

Após essas pequenas explicações acima referidas, declaro que aceito participar nesta investigação.

_____, ____/____/____

Assinatura: _____

Anexo B Questionário

Importância das Organizações Não Governamentais (ONG) no Desenvolvimento da Guiné-Bissau

O presente inquérito enquadra-se no âmbito da dissertação de mestrado em Gestão das Organizações, lecionado na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança (ESTiG) do Instituto Politécnico de Bragança (IPB), venho por este meio solicitar a sua colaboração para a realização deste estudo.

O principal objetivo do estudo é o de perceber a importância e contributo das ONG para o desenvolvimento socio-económico da Guiné-Bissau.

Este questionário é de natureza confidencial. Ao preencher o mesmo autoriza o uso da informação para a análise que permita cumprir o objetivo do estudo. Os dados não serão utilizados para qualquer outro fim, além do indicado no inquérito.

*Obrigatório

1. CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

1. 1.1. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

2. 1.2. Idade *

Marcar apenas uma oval.

18 - 23

24 - 29

30 - 35

36 - 41

42 - 47

Mais de 47

3. 1.3. Formação Académica *

Marcar apenas uma oval.

Sem Escolaridade

Primeiro Ciclo

Segundo Ciclo

Terceiro Ciclo

Ensino Secundário

Ensino Superior

4. 1.4. Qual é a sua ocupação? *

Marcar apenas uma oval.

- Estudante
- Trabalho por conta própria
- Trabalho por conta de outrem (Administração Pública)
- Trabalho por conta de outrem (Setor Privado)
- Reformado
- Desempregado
- Outro: _____

5. 1.5. Tipo de Instituição *

Marcar apenas uma oval.

- Organismo Público da Administração Central
- Organismo Público da Administração Local
- Organização Não Governamental (ONG)
- Entidade Privada
- Atividade Individual
- Não aplicável
- Outro

6. 1.6. Setor de Atividade *

Marcar apenas uma oval.

- Sector Agrícola
- Sector Industrial
- Sector Construção
- Sector Transporte
- Sector de Educação
- Sector de Saúde
- Sector de Administração
- Sector Desporto
- Não aplicável
- Outro: _____

2. ONGs E A EDUCAÇÃO

7. 2.1. Qual o seu grau de satisfação em relação à evolução do Sistema Educativo da Guiné-Bissau desde ano 2000 até atualidade?

Marcar apenas uma oval.

Muito Insatisfeito

1

2

3

4

5

Muito Satisfeito

8. 2.2. Justifique, tendo por base a resposta anterior, o grau de adequabilidade das afirmações seguintes, utilizando a escala de 1 a 4 pontos.

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada Adequado	2-Pouco Adequado	3-Muito Adequado	4-Extremamente Adequado
Infraestrutura física	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos Humanos (professores e educadores)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos Pedagógicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Orientações curriculares para o Ensino Básico.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Orientações curriculares para o Ensino Secundário.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9. 2.3. Considera que a atuação das ONG tem contribuído para a melhoria da qualidade da educação/formação do povo guineense?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

10. 2.4. Qual o grau de importância que atribui às seguintes ações implementadas pelas ONGs, utilizando a escala de 1 a 4 pontos?

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada Importante	2-Pouco Importante	3-Muito Importante	4- Extremamente Importante
Formação de professores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribuição para o desenvolvimento curricular do ensino básico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribuição para o desenvolvimento curricular do ensino secundário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Criação de escolas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilização de recursos pedagógicos/didáticos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Bibliotecas escolares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

11. 2.5. Na sua opinião, alguma ONG se destacou por ter tomado medidas relevantes, enunciadas na questão 2.4, qual?
12. 2.6. De forma global, quais seriam as principais ações que deveriam ser implementadas pelas ONGs, para a melhoria do Sistema Educativo na Guiné-Bissau, utilizando a escala de 1 a 4 pontos?

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada Importante	2-Pouco Importante	3-Muito Importante	4- Extremamente Importante
Formação de professores e educadores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribuição para o desenvolvimento curricular do ensino básico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribuição para o desenvolvimento curricular do ensino secundário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Criação de escolas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilização de recursos pedagógicos/didáticos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Bibliotecas escolares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

13. 3.1. Tem verificado uma melhoria nos serviços de Saúde, originada pela intervenção das ONGs ?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

14. 3.2. Nos últimos 10 anos participou, ou algum membro do seu agregado familiar, em ações de formação, levadas a cabo por enfermeiros/técnicos de saúde de ONGs?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

15. 3.3. Se respondeu (Sim) à questão anterior, por favor seleciona as respetivas formações.

Marque todas que se aplicam.

Ação de formação - "Direitos Humanos na gravidez, parto e pós-parto"

Ação de formação em "Avaliação e Abordagem à Pessoa com Dor - Básico"

Ação de formação em "Rastreamento do Cancro do Colo do Útero e Atualização em Contraceção de Longa Duração"

Ação de formação em Pediatria

Ação de formação em Oftalmologia

Outro: _____

16. 3.4. Nos últimos 10 anos participou, ou algum membro do seu agregado familiar, numa campanha de sensibilização sobre os cuidados de saúde, realizada por ONGs?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

17. 3.5. Se respondeu (Sim) à questão anterior anterior, por favor seleccione a(s) respetiva(s) campanhas de sensibilização.

Marque todas que se aplicam.

Campanha de vacinação

Campanha de distribuição de mosquiteiros

Campanha sensibilização sobre a epidemia VIH/SIDA

Campanha de sensibilização sobre tuberculose

Campanha de sensibilização sobre epidemia de cólera

Campanha de sensibilização sobre hepatites virais

Campanha de sensibilização sobre COVID-19

Campanha de sensibilização sobre noma

Campanha de sensibilização sobre a mortalidade materna e infantil

Campanha de prevenção e combate à mutilação genital feminina

Campanha de sensibilização sobre a infertilidade e esterilidade

Campanha de sensibilização sobre maus tratos com as crianças (com deficiência ou não)

Outro: _____

18. 3.6 Na sua opinião, qual a ONG que se destacou por ter levado a cabo ações relevantes na área da saúde na Guiné-Bissau?

19. 3.7. De forma global, quais seriam as principais áreas de atuação, das ONGs, para a melhoria da área da saúde na Guiné-Bissau, utilizando a escala de 1 a 4 pontos?

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada Importante	2-Pouco Importante	3-Muito Importante	4- Extremamente Importante
Saúde Infantil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saúde reprodutiva	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saúde da Mulher	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prevenção IVH	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prevenção de Ébola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cancro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Maternidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tratamento da água	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tratamento e reciclagem do lixo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Materiais para diagnósticos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4. ONGs E A AGRICULTURA

20. 4.1. Qual o seu grau de satisfação em relação à evolução do setor agricultura na Guiné-Bissau desde ano 2000 até atualidade?

Marcar apenas uma oval.

Muito Insatisfeito

1

2

3

4

5

Muito Satisfeito

21. 4.2. Justifique, tendo por base a resposta anterior, o grau de adequabilidade das afirmações seguintes, utilizando a escala de 1 a 4 pontos.

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada Adequado	2-Pouco Adequado	3-Muito Adequado	4-Extremamente Adequado
Medidas de apoio à agricultura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Formações disponibilizados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Meios disponibilizados (infraestruturas)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilização de meios de produção (ferramentas)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

22. 4.3. Para si, depois da guerra-civil do ano 1998, quais foram as ações implementadas pelas ONGs que considera terem sido fundamentais para o desenvolvimento do setor da agricultura na Guiné-Bissau, utilizando a escala de 1 a 4 pontos?

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada Adequado	2-Pouco Adequado	3-Muito Adequado	4-Extremamente Adequado
Reabilitação de bolanhas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilização de alfaías e maquinas agrícolas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Processamento comercialização de caju	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

23. 4.4. Quais são os problemas mais graves que não se encontram resolvidos neste sector?

Marque todas que se aplicam.

- Investimentos insuficientes nas infraestruturas rurais
- Gestão do território e dos programas de acesso ao financiamento
- Acesso aos meios de produção
- Acesso à informação sobre os mercados
- Outro: _____

24. 4.5. Na sua ótica, quais são as principais razões para a prevalência dos problemas que identificou na questão 4.4.?

Marque todas que se aplicam.

- Instabilidade política
 Supervisão do território a nível nacional
 Recursos Humanos (técnicos agrícolas)
 Autogestão
 Ética e valores morais
 Outro: _____

25. 4.6. Na sua perspetiva, as ações implementadas pelas ONGs que conhece permitiram melhorar a qualidade da nutrição do povo guineense?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

26. 4.7. Que importância tem tido as ações de formação realizadas pelas ONGs, destinadas aos agricultores, no desenvolvimento do sector agrícola da Guiné-Bissau, ?

Marcar apenas uma oval.

Nada Importante

1

2

3

4

5

Extremamente Importante

27. 4.8. De forma global quais seriam as principais ações que deveriam ser implementadas para a melhoria do sector agrícola na Guiné-Bissau?

Marque todas que se aplicam.

- Reabilitação de bolanhas
 Disponibilização de alfaias e máquinas agrícolas
 Realizações de feiras agrícolas
 Outro: _____

28. 4.9. Na sua opinião, qual a ONG que se destacou por ter ações relevantes no melhoria do setor agrícola na Guiné-Bissau?

29. 4.10. De forma global, quais seriam as principais áreas de atuação, das ONGs, para a melhoria do setor agrícola na Guiné-Bissau, utilizando a escala de 1 a 4 pontos?

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada Importante	2-Pouco Importante	3-Muito Importante	4-Extremamente Importante
Formação em técnicas de produção agrícola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilização de alfaías agrícolas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promoção do associativismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reestruturação e delineamento da estratégia comercial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacitação de jovens agricultores para acompanhamento da produção e escoamento dos produtos agrícolas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promoção da investigação e consultoria técnica junto dos agricultores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5. ONGs E O DESPORTO

30. 5.1. Qual o seu grau de satisfação com a evolução do desporto na Guiné-Bissau desde ano 2000 até atualidade?

Marcar apenas uma oval.

Muito Insatisfeito

1

2

3

4

5

Muito Satisfeito

31. 5.2. Conhece alguma ONG que atue na área do desporto?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Outro: _____

32. 5.3. Se respondeu Sim à questão 5.2. diga qual?

33. 5.4. Na sua opinião, as ONGs poderão ter um papel fundamental no desenvolvimento do desporto guineense?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Outro: _____

34. 5.5. Qual o grau de interesse que atribui às seguintes modalidades, que possam ser incentivadas e promovidas por ONGs, utilizando a escala de 1 a 4 pontos?

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada Interessante	2-Pouco Interessante	3-Muito Interessante	4-Extremamente Interessante
Atletismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Andebol	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Futebol	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Natação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Basquetebol	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Voleibol	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Luta	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outra	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

35. 5.6. A prática desportiva permite a transmissão de valores e traduz-se em benefícios ao nível físico, mental e até social. Na sua opinião identifique o grau de importância que poderá ter a prática desportiva, em relação a cada uma das seguintes afirmações, utilizando a escala de 1 a 4 pontos?

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada Importante	2-Pouco Importante	3-Muito Importante	4- Extremamente Importante
Promove a integração social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reduz o risco de várias doenças	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promove o bem-estar psicológico, reduz o stress, ansiedade e depressão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promove a autoestima e autoconfiança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Enaltece o espírito de resiliência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Enaltece o espírito de equipa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribui para a melhoria dos resultados escolares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhora a capacidade de raciocínio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promove a igualdade, o respeito e a amizade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promove estilos de vida saudáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outra	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

36. 5.7. De forma global, qual o grau de importância que atribui às diferentes formas de ação, das ONGs, para a melhoria da prática desportiva na Guiné-Bissau, utilizando a escala de 1 a 4 pontos?

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada importante	2-Pouco importante	3-Muito Importante	4-Extremamente importante
Promover campanhas que evidenciem os benefícios do desporto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover a prática de desportiva como motor de inserção social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover a prática desportiva para efetivação de estilos de vida saudáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Colaborar com as instituições de ensino para o desenvolvimento do desporto escolar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
nacionais nas diferentes modalidades desportivas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outra	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Anexo C Guião de Entrevista

1. CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

- 1.1. Género
- 1.2. Região/setor
- 1.3. Tipo de Instituição
- 1.4. Setor de Atividade
- 1.5. Qual é a sua ocupação?

2. ONG e a Educação

- 2.1. Qual o seu grau de satisfação em relação à evolução do Sistema Educativo da Guiné-Bissau desde ano 2000 até atualidade?
- 2.2. Considera que a atuação das ONG tem contribuído para a melhoria da qualidade da educação/formação do povo guineense?
- 2.3. Qual o grau de importância que atribui às ações implementadas pelas ONG?
- 2.4. Qual a sua opinião relativamente à atuação das ONG no setor da educação?
- 2.5. De forma global, quais seriam as principais ações que deveriam ser implementadas pelas ONG, para a melhoria do Sistema Educativo na Guiné-Bissau?

3. ONG e a Saúde

- 3.1. Quais são as análises que faz desde 2000 até a atualidade? Tem assistido a melhorias nesse setor ou não?
- 3.2. Qual é a importância das intervenções das ONG nesse setor?
- 3.3. De forma global, quais seriam as principais áreas de atuação, das ONG, para a melhoria da área da saúde na Guiné-Bissau?

4. ONG e a Agricultura

- 4.1. Qual o seu grau de satisfação em relação à evolução do setor agricultura na Guiné-Bissau desde ano 2000 até atualidade?
- 4.2. Para si, depois da guerra-civil do ano 1998, quais foram as ações implementadas pelas ONG que considera terem sido fundamentais para o desenvolvimento do setor da agricultura na Guiné-Bissau?
- 4.3. Quais são os problemas mais graves que não se encontram resolvidos neste setor e quais são as principais razões para a sua prevalência?

4.4. Na sua perspetiva, as ações implementadas pelas ONG que conhece permitiram melhorar a qualidade da nutrição do povo guineense?

4.5. Que importância tem tido as ações de formação realizadas pelas ONG, destinadas aos agricultores, no desenvolvimento do setor agrícola da Guiné-Bissau?

4.6. De forma global quais seriam as principais ações que deveriam ser implementadas para a melhoria do setor agrícola na Guiné-Bissau?

4.7. Na sua opinião, qual a ONG que se destacou por ter ações relevantes na melhoria do setor agrícola na Guiné-Bissau?

4.8. De forma global, quais seriam as principais áreas de atuação, das ONG, para a melhoria do setor agrícola na Guiné-Bissau?

5. ONG e o Desporto

5.1. Qual o seu grau de satisfação com a evolução do desporto na Guiné-Bissau desde ano 2000 até atualidade?

5.2. Conhece alguma ONG que atue na área do desporto?

5.3. Na sua opinião, as ONG poderão ter um papel fundamental no desenvolvimento do desporto guineense?

5.4. De forma global, qual o grau de importância que atribui às diferentes formas de ação, das ONG, para a melhoria da prática desportiva na Guiné-Bissau?